



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Quadra 103 Norte nº 11 Lote 2 - Bairro Centro - CEP 77.001-036 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br/>
Anexo I do Tribunal

EDITAL Nº 360 / 2026
PRESIDÊNCIA/DIGER/DIADM/SEDCC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026 - UASG 925814		
COMPRASGOV n.º 90035/2026		
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA APROVAÇÃO DE PROJETO, FORNECIMENTO E MONTAGEM DE 06 (SEIS) SISTEMAS GERADORES DE ENERGIA FOTOVOLTAICA ON-GRID PARA OS PRÉDIOS DOS FÓRUNS DAS COMARCAS DE ARAPOEMA, GOIATINS, NATIVIDADE, PEIXE, PONTE ALTA E XAMBIOÁ, COM POTÊNCIA INSTALADA MÍNIMA DE 32,76 KWP, GERAÇÃO APROXIMADA DE 4.500KWH/MÊS, COMPOSTO DE 13 MICROINVERSORES DE 2.250 W (MÍNIMO) E 52 PAINÉIS SOLARES DE NO MÍNIMO 630 W CADA.	
SRP? NÃO	VALOR ESTIMADO: R\$ 885.279,28 (oitocentos e oitenta e cinco mil duzentos e setenta e nove reais e vinte e oito centavos).	
DATA DA ABERTURA DO CERTAME: 03/07/2026, ÀS 13:30 HORAS Sítio Eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br		Pregoeiro: Marcos Vinicius de Souza Moreira
Vistoria? (X) SIM () NÃO	Amostra/Protótipo? () SIM (X) NÃO	Atestado de Capacidade Técnica: (X) SIM () NÃO - vide item 3.2 e seguintes do Termo de Referência
AMPLA CONCORRÊNCIA		
Pedido de Esclarecimento e Impugnações: Até dia 30/06/2026 Endereço eletrônico: cpl@tjto.jus.br		Pregoeiro, Agente de Contratação e Equipe de Apoio: Comissão de Licitação - COLIC (Anexo I do TJTO), Ed. Amaro Empresarial, Quadra 103 Norte, Rua NO-11, Lote 2, 7º Andar, Plano Diretor Norte, Palmas/TO, CEP 77.001-036, Telefone: (63) 3142- 1442 e e-mail: cpl@tjto.jus.br .
Telefone em caso de dúvidas ou problemas técnicos relacionados à utilização do Portal de Compras do Governo Federal: 0800-978-9001 .		
ATENÇÃO A Administração Pública ficará obrigada a autuar processo administrativo para apuração de falta e aplicação de sanções contra todas as empresas que pratiquem os atos tipificados nos artigos n.º 155 e 156 da Lei 14.133/2021. Alerta-se para que a licitante analise detalhadamente o edital e seus anexos, devendo formular sua proposta/lance firme e seguro possibilitando seu cumprimento. A prática injustificada de atos tipificados no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021 tais como não manter a proposta e/ou deixar de enviar documentação exigida, sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará a licitante às sanções, apuradas em regular processo administrativo. Todos os documentos a serem encaminhados eletronicamente deverão ser configurados, preferencialmente, nos seguintes formatos: Adobe Acrobat Reader (extensão .PDF), Word (extensão .DOC ou .DOCX), Excel (extensão .XLS ou .XLSX), podendo ainda ser processados por compactação nos formatos ZIP (extensão .ZIP) ou RAR (extensão .RAR). Acompanhe as sessões públicas realizados por esta Corte de Justiça pelo endereço https://www.gov.br/compras/pt-br/ , selecionando as opções Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG “925814”. O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Sistema Comprasgov ou baixados através do sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins pelo link: https://www.tjto.jus.br/informacoes/licitacoes		

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 35/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 26.0.000004553-4

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, UASG 925814, doravante denominado TJ/TO, torna público aos interessados, através da Divisão de Contatos e Convênios/Serviço de Elaboração de Editais, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO nº 6, de 31 de janeiro de 2023, Resolução do CNJ n.º 229, de 22 de junho e 2016, e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 26.0.000004553-4, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS**, visando a **contratação de empresa especializada em serviços comuns de engenharia para aprovação de projeto, fornecimento e montagem de 06 (seis) sistemas geradores de energia fotovoltaica ON-GRID para os Prédios dos Fóruns das Comarcas de Arapoema, Goiatins, Natividade, Peixe, Ponte Alta e Xambioá, com potência instalada mínima de 32,76kwp, geração aproximada de 4.500kwh/mês, composto de 13 microinversores de 2.250W(mínimo) e 52 painéis solares de, no mínimo, 630W cada.**

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico Compras.gov.br, pelo pregoeiro Marcos Vinicius de Souza Moreira, designado, na qualidade de Agente de Contratação, pela Portaria nº 769 de 27 de fevereiro de 2025.

DATA: 03/07/2026

HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF: 13:30 horas.

SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente pregão é a seleção da proposta mais vantajosa para **contratação de empresa especializada em serviços comuns de engenharia para aprovação de projeto, fornecimento e montagem de 06 (seis) sistemas geradores de energia fotovoltaica ON-GRID para os Prédios dos Fóruns das Comarcas de Arapoema, Goiatins, Natividade, Peixe, Ponte Alta e Xambioá, com potência instalada mínima de 32,76kwp, geração aproximada de 4.500kwh/mês, composto de 13 microinversores de 2.250W(mínimo) e 52 painéis solares de, no mínimo, 630W cada**, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

1.1.1 – Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

1.2 - A licitação será dividida em 02 grupos, formados por 3 itens cada grupo, conforme tabela 01 constante no subitem 1.2.4 do Termo de Referência (Anexo I), devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem o grupo.

1.3 - O critério de julgamento adotado será o menor preço por grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações dos serviços.

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 – Poderão participar deste Pregão os interessados, desde que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pelo Governo Federal, por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.1 – Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao responsável pelo provimento do sistema, junto ao qual também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e operação, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2 – O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TJ/TO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2 – Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

2.2.1 – tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.2.2 – estejam impedidas de licitar e contratar com o Estado do Tocantins, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

2.2.3 – tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o TJ/TO, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

2.2.4 – estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.2.5 – pessoas físicas ou jurídicas que incidam na hipótese de impedimento prevista no inciso IV do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, observando-se, em especial, o inciso VI do art. 2º da Resolução nº 7, de 2005, do Conselho Nacional de Justiça;

2.2.6 - das quais participe, na condição de gerente, administrador, sócio, dirigente ou responsável técnico, servidor integrante do Quadro de Pessoal do TJ/TO;

2.2.7 - se encontrem em processo de dissolução ou liquidação;

2.2.8 - constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.2.9. em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

2.3 – A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:

2.3.1 – SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), disponível no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>;

2.3.2 – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

2.3.3 – Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

2.3.4 - Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>;

2.3.5 – É vedada a disputa em licitação ou participação na execução contratual de qualquer das pessoas físicas ou jurídicas referenciadas no artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

2.4 – Considerando a sistemática da plataforma Compras.gov.br acerca do sigilo da autoria das propostas, o Pregoeiro realizará a consulta de que trata o item 2.3 somente após a conclusão da fase de lances, momento no qual será revelada a identidade dos participantes do certame eletrônico.

2.5 – Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

2.6 - As sociedades cooperativas poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

2.7 – Será vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição, conforme justificativa técnica e econômica constante do item 2.5 do Termo de Referência.

2.8 - Para fins desta licitação, considera-se microempresa e empresa de pequeno porte o microempreendedor individual, nos termos do art. 1º do Decreto n. 8.538/2015.

2.9 – Para fins de enquadramento da licitante como ME/EPP deverá ser observado o disposto no Capítulo VII deste edital, aplicando-se, no que couber, as disposições do Decreto Federal nº 8.538/2015.

2.10 – Os documentos apresentados nesta licitação deverão conter os números de CNPJ dos estabelecimentos que, a critério de uma mesma pessoa jurídica licitante, serão responsáveis pela execução do objeto e que poderão emitir, em decorrência, ao longo da vigência do contrato, as notas fiscais que serão apresentadas a pagamento.

CAPÍTULO III – DA VISTORIA

3.1 – A vistoria é facultada ao licitante interessado em participar deste certame, contudo caso pretenda realizar a vistoria o licitante deverá, previamente agendar junto à Secretaria do Foro da respectiva comarca, podendo a vistoria ser realizada a partir da publicação do Edital até o prazo de 2 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão pública, para conhecer as instalações.

3.1.1 – A vistoria deverá ser agendada de segunda-feira à sexta-feira, nos horários de 12 horas às 18 horas, com a Secretaria do Foro da respectiva comarca, conforme os endereços e contatos constantes da tabela 01 do item 1.2.4.

3.1.2 – Não será realizada vistoria sem prévio agendamento ou fora do prazo estabelecido.

3.1.3 – A vistoria poderá ser realizada por responsável técnico ou representante da pessoa jurídica interessada em participar da licitação, que deverá comparecer municiado de identificação pessoal e do comprovante de vínculo com a empresa ou de procuração.

3.2 – Realizada a vistoria, a licitante receberá o Termo de Vistoria, emitido pela Diretoria de Infraestrutura e Obras do TJTO.

3.3 – Caso a interessada opte por não realizar vistoria prévia, firmará Declaração de Dispensa de Vistoria, assinada pelo responsável técnico da licitante, na qual atestará o conhecimento pleno do local e das condições e peculiaridades da contratação, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos de sua proposta e do presente edital.

3.4 - O Termo de Vistoria ou a Declaração de Dispensa de Vistoria deverá ser apresentado(a) junto com a documentação de habilitação, de modo que a não apresentação dos mencionados documentos implica aceitação geral e irrestrita por parte da licitante das especificações e condições do objeto licitado e de sua plena execução.

3.5 – As demais disposições estabelecidas no item 3.4 do Anexo I do Edital (Termo de Referência).

CAPÍTULO IV – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

4.1 – A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.2 – A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o **preço unitário e total de cada item que compõe o grupo**, observados o quantitativo e a unidade de fornecimento dos serviços a serem contratados, conforme especificações constantes dos anexos deste edital.

4.2.1 – Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

4.3 – Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

4.4 – O campo ‘Descrição Detalhada do Objeto Ofertado’ será destinado, a critério da licitante, às informações complementares da proposta, observando-se prazos e condições de execução do objeto definidos no presente ato convocatório.

4.4.1 - A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

4.5 – A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

4.5.1 - Para a efetivação do cadastro da proposta, a licitante deverá observar os campos do sistema eletrônico relativos às declarações de atendimento aos requisitos de habilitação e de conformidade da proposta com as exigências do edital.

4.6 – A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema.

4.7 – Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta e/ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

4.8 – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

4.9 – As propostas terão validade de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

4.9.1 – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

4.10 – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

CAPÍTULO V – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

5.1 – A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.2 – Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

5.3 – Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

5.4 – Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.5 – No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.6 – O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

5.7 – O Pregoeiro desclassificará a proposta que identifique o licitante.

5.7.1 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.7.2 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.8 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

CAPÍTULO VI – DO INÍCIO DA DISPUTA, DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DA NEGOCIAÇÃO

6.1 - A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa **“aberto e fechado”**, conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

6.2 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.3 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.4 - Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.4.1 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.5 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.5.1 - Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.6 - Poderá o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

6.7 - A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 6.8.

6.8 - Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

6.8.1 – proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

6.8.2 - proposta com preços manifestamente inconsistentes ou inexequíveis;

6.9 – Serão considerados preços manifestamente inconsistentes ou inexequíveis quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

6.10 – Mediante decisão fundamentada registrada no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 6.8.

6.11 – Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.11.1 - O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 6.3 deste Edital.

6.12 – A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.12.1 – Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de 0,10% (um décimo por cento).

6.13 – Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.14 – Havendo empate entre as ofertas, nos itens de ampla concorrência, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

6.14.1 - Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.

6.14.2 - Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio eletrônico a ser realizado pelo sistema.

6.15 – Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.15.1 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.16 – Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.16.1 – A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

6.17 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.18 - Se ocorrer à desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.19 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.20 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.21 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.21.1 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.2 - Conforme art. 8º da Resolução TJTO n.º 15/2024, nos termos do disposto no inciso III do caput do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, serão consideradas ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nesta ordem:

- I - medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante;
- II - ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;
- III - igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;
- IV - práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;
- V - programas destinados à equidade de gênero e de raça; e
- VI - ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros

6.21.3 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

6.22 – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

6.22.1 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

6.22.2 - O Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.22.3 - Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

6.23 – Finalizada a negociação o Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.1 - É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 6.23.

6.24 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

CAPÍTULO VII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 - Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

7.2 - Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

7.3 - Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.3.1 – Encerrada a fase de lances, caso a melhor proposta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada mais bem classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas às exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;

b) não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.3.2 – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

7.4 – Caso constatado o extrapolamento do limite de enquadramento da ME/EPP, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.

7.4.1 - Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício pelo Pregoeiro ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ou, ainda, tenha celebrado, no ano-calendário de realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, em atenção ao disposto no §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO VIII – DO JULGAMENTO

8.1 – O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS**.

CAPÍTULO IX – DA VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

9.1 - Não se aplica.

CAPÍTULO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1 – O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

10.1.1 – O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.1.2 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

10.1.3 – A proposta deverá conter as especificações dos serviços e materiais de forma clara e objetiva em conformidade com as especificações do edital.

10.1.3.1 - O Pregoeiro poderá diligenciar a apresentação de folders, prospectos e outros documentos que contenham informações e detalhes acerca das especificações técnicas dos produtos/serviços ofertados.

10.1.4 – A proposta ainda deverá conter:

a) número do Pregão Eletrônico, identificação social, número do CNPJ responsável pela execução dos serviços, assinatura do representante legal da proponente, número de telefone, endereço, dados bancários, e indicação de endereço eletrônico (e-mail);

b) indicação do responsável pela assinatura do contrato, se for o caso, com o número da carteira de identidade, CPF, e, caso não seja sócio da empresa, procuração passada em instrumento público ou particular, com poderes para assinatura do instrumento contratual, em nome da proponente;

c) indicação de preço em real, com indicação do valor unitário de cada item que compõe o grupo, bem como o valor total do grupo, bem como o valor total da proposta, em algarismos e por extenso, calculados com duas casas decimais;

10.1.5 - Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.1.6 – A proposta será desclassificada quando:

a) as especificações do objeto ofertado estiverem em manifesta desconformidade com as exigências estabelecidas no edital;

b) contiver valores simbólicos, irrisórios ou manifestamente inexequíveis, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie, de forma expressa e motivada, à parcela ou à totalidade de remuneração.

10.1.7 - Para fins de análise técnica do objeto ofertado na proposta e sua conformidade às especificações do instrumento convocatório, será colhida manifestação do setor demandante da aquisição/contratação ou da área técnica especializada no objeto.

10.1.8 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o disposto no instrumento convocatório, assumindo a licitante o compromisso pela adequada execução dos serviços.

10.1.9 - Os preços de referência estabelecidos pela Administração no Mapa de Preços devem ser observados pelo licitante, pois serão considerados os preços máximos a serem contratados pelo item e/ou grupo de itens, se for o caso.

10.1.10 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto os resultantes da etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.2 – O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

10.2.1 – O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

10.2.2 - Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.3 – Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

CAPÍTULO XI – DA HABILITAÇÃO

11.1 – A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

11.1.1 – Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

11.1.2 – Os documentos referidos no subitem anterior, constantes do SICAF, serão disponibilizados para acesso pelos interessados mediante link informado no chat da sessão pública no sistema *compras.gov.br*, em atendimento ao princípio da transparência

11.1.3. Para efeitos de comprovação da regularidade fiscal estadual e municipal (Nível IV do SICAF), considera-se a certidão negativa de débitos ou certidão positiva com efeitos de negativa de débitos.

11.1.3.1. Não serão admitidas certidões específicas de tributos imobiliários para fins de comprovação do subitem anterior.

11.2 – Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

11.2.1 - A incompatibilidade entre o objeto social e o objeto certame dará causa a inabilitação da licitante.

11.3 – Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF.

11.3.1 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

11.3.1.1 - Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com a finalidade de comprovar experiência anterior à data da licitação em atividades de fornecimento e instalação de sistemas de geração distribuída de energia fotovoltaica ON-GRID com microinversores, com potência mínima instalada de 15kWp.

11.3.1.1.1 - Justificativa: Nos termos do art. 67, §1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021, é possível exigir da licitante atestados com quantidades mínimas de até 50% das parcelas de maior valor relevância do objeto da contratação. Portanto, essa exigência tem por objetivo assegurar que a licitante possua experiência prévia mínima suficiente para garantir a execução adequada do objeto contratual.

11.3.1.2 - Capacidade Técnico-Profissional:

a) Prova da inscrição ou registro dos responsáveis técnicos indicados junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

b) Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitido pelo CREA, com a finalidade de comprovar experiência anterior à data da licitação em atividades de fornecimento e instalação de sistemas de geração distribuída de energia fotovoltaica ON-GRID com microinversores, semelhante ao objeto desta licitação, em qualquer quantidade.

11.3.1.3 - Capacidade Técnico-Operacional:

a) Prova da inscrição ou registro da licitante e dos responsáveis técnicos indicados por ela junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

b) As licitantes deverão apresentar Declaração de Responsáveis Técnicos, contendo a relação dos profissionais indicados que serão os responsáveis técnicos pela execução dos serviços comuns de engenharia, com informação do(s) respectivo(s) nome(s), CPF e nº do registro na entidade profissional competente, conforme modelo no Anexo VII do Termo de Referência.

b.1) Em conformidade com a Resolução nº 218/1973 do CONFEA, pelo menos um dos responsáveis técnicos pelos serviços deverá possuir formação em Engenharia Elétrica e registro ativo no CREA-TO, sendo ele o responsável pela execução, supervisão e emissão de documentos.

b.1.1) Justificativa: A exigência de formação em área de engenharia elétrica se justifica em razão de os serviços envolverem projetos e atividades em instalações elétricas, específicos para tal formação, demandando profissional com atribuições e habilitação técnica da área elétrica, conforme previsto pelo CONFEA e exigido pela Concessionária local.

11.3.1.4 – Deverá constar no atestado, no mínimo, os seguintes dados do emitente: razão social e dados para contato; e do favorecido: razão social, número do CNPJ, objeto do contrato e dados para contato.

11.3.1.5 - É admitida a somatória de atestados de capacidade técnica sempre que inexistir motivo para a exigência de atestado único, independentemente da época de expedição ou localidade.

11.3.1.6 - É facultada à Comissão de Licitação, ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação relevante que deveria constar originariamente da proposta.

11.3.1.7 – Não serão considerados os atestados quando emitidos por pessoa jurídica de direito privado que integre, juntamente com a licitante, um mesmo grupo econômico ou empresarial.

11.3.1.7.1 - Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo econômico ou empresarial, as empresas controladas ou controladoras da empresa licitante, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa proponente.

11.3.2 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, conforme disposto no art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021 a habilitação será restrita a apresentação da seguinte documentação:

a) Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais.

a.1) Os documentos referidos na alínea ‘a’ limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

a.2) As licitantes criadas no exercício financeiro do presente certame deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

a.3) que a licitante possui patrimônio líquido equivalente de 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação;

b) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Insolvência Civil, expedida no domicílio da pessoa física.

b.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/ 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

11.3.2.1 - Para fins de atendimento ao disposto na alínea “a” do item 11.3.2 deste edital, os documentos mencionados deverão ser apresentados da seguinte forma:

11.3.2.1.1 - Caso se trate de sociedade regida pela Lei Federal nº 6.404/1976 (sociedade anônima):

a) Publicados em Diário Oficial;

b) Publicados em jornal de grande circulação;

c) Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

11.3.2.1.2 - Caso se trate de sociedade por cota de responsabilidade limitada (LTDA) ou sociedade limitada unipessoal (SLU):

a) Extraídos do Livro Diário, acompanhado de fotocópia do Termo de abertura e encerramento, devidamente autenticado pela Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

11.3.2.1.3 - Sociedade criada no exercício em curso:

a) Cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio das licitantes.

11.3.2.1.4 - Os tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital (ECD), consoante disposições contidas no Decreto Federal nº 6.022/2007 e regulamentação editada pela Receita Federal do Brasil, apresentarão documentos extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), na seguinte forma:

a) Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), desde que não haja indeferimento ou solicitação de providências;

b) Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped);

c) Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped).”

11.3.3 – Apresentar Declaração de Vistoria ou de conhecimento das condições locais, conforme Anexo III ou IV do Termo de Referência (Anexo I do Edital).

11.3.4 - Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá:

a) Preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:

a.1) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

a.2) Declaração de inexistência de impedimento à sua habilitação, obrigando-se a comunicar a superveniência de ocorrência impeditiva ao TJ/TO;

a.3) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

a.4) Declaração, em campo próprio no sistema eletrônico, de que sob as penas da Lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

a.5) Declaração, em campo próprio no sistema eletrônico, de elaboração independente de proposta.

11.4 – Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

11.4.1 – O prazo para envio dos documentos de que trata o item 11.4 é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.4.2 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.4.3 – Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.5 – O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

11.5.1 – Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

11.5.1.1 – Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao setor de licitações, Anexo I do TJTO, localizada no Edifício Amaro Empresarial, situada na Quadra 103 Norte, Rua NO 11, Lote 2, 7º Andar, Plano Diretor Norte, Palmas/TO, CEP 77.001-036, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

11.6 - Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 11.4, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

- a) a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- c) a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

11.6.1 - A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 11.7 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

11.7 – Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 11.6, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

11.7.1 – O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.7.2 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.7.3 – Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.8 – Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

11.8.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.8.2 – Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

11.9 – Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

11.10 – As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.10.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

11.10.2 – A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.10.3 - O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

11.11 – O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será admitido quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 60 (sessenta) dias corridos.

11.12 – Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

11.12.1 – Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

- a) identidade dos sócios e/ou responsáveis técnicos;
- b) atuação no mesmo ramo de atividades;
- c) data de constituição da nova empresa posterior à data de instauração de processo administrativo apto à aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.
- e) identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f) identidade de telefones, *e-mails* e demais informações de contato.

11.12.2 – Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará a licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

11.12.3 – Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender a licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

- a) inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
- b) relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

11.13 - O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e sujeitar-se-á a sanções previstas neste edital.

CAPÍTULO XII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

12.1 – Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.

12.2 – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

XIII - DO RECURSO

13.1 – Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

13.1.1 – O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

13.1.2 – Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 13.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

13.1.3 – Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 13.1.2.

13.2 – Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

13.2.1 – Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

13.3 – O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados à autoridade superior para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

13.4 – O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XIV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 – O objeto deste Pregão será adjudicado pela autoridade competente do TJ/TO.

14.2 – O objeto deste Pregão será adjudicado **por grupo de itens** à vencedora do certame.

14.3 – A homologação deste Pregão compete à autoridade competente do TJ/TO.

CAPÍTULO XV – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 - As sanções previstas no caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas na IN TJTO n.º 06/2021 (Anexo III do Edital), sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou no contrato, quando a licitante praticar as condutas previstas em lei ou na citada Instrução Normativa.

15.2 – A recusa injustificada da adjudicatária assinar o instrumento contratual no prazo estabelecido no item 15.1 caracterizará o descumprimento total do compromisso assumido e o(a) sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor total, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

15.3 – Caso a licitante e/ou o fornecedor, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições da Instrução Normativa TJTO nº 6, de 31 de janeiro de 2023, ficará sujeito(a) às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

15.3.1 - Em conjunto com as sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a autoridade competente poderá determinar a rescisão unilateral do ajuste.

15.4 – O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

15.4.1 - 1% (um por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

15.4.2 - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

15.4.3 - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo);

15.4.4 – Findo o prazo do subitem 16.1 será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados no item 15.4 e observados os critérios de dosimetria previstos na Instrução Normativa TJTO nº 6, de 31 de janeiro de 2023 (Anexo III do Edital).

15.5 – Ocorrendo alguma das hipóteses previstas nos itens 15.3 a 15.4 deste edital, a nota de empenho e o contrato poderão, a qualquer tempo, ser canceladas, sem prejuízo das demais sanções.

15.6 – A multa, aplicada após regular processo administrativo e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pelo fornecedor ou, em último caso, cobrada judicialmente.

15.7 – Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

15.8 – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CAPÍTULO XVI – DA ASSINATURA DO CONTRATO, DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1 – O licitante vencedor será convocada para assinar o contrato, dentro do prazo **de 5 (cinco) dias úteis** de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

16.1.1 - O prazo de convocação de que trata o item 16.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, desde que por motivo justificado, arrazoado por parte do fornecedor e a solicitação tenha ocorrido tempestivamente dentro do prazo de assinatura.

16.1.2 – A assinatura do contrato será realizada por meio eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, como usuário externo.

16.1.3 – Caso o fornecedor, convocado para assinar o contrato, não compareça no prazo estabelecido no item 16.1, incorrerá no descumprimento do item 15.2.

16.1.4 – Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura do contrato no prazo estabelecido no item 16.1, será facultado à Administração, através do Pregoeiro, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

16.2 – Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

16.3 - Conforme a Resolução nº 07/2005 do CNJ, é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

16.4 - O contrato terá sua vigência conforme estabelecido no item 4.2 do Termo de Referência (Anexo I do Edital).

16.5 - As disposições acerca da gestão e fiscalização contratual estão dispostas no item 5 do Termo de referência (ANEXO I) do edital.

16.6 - Caberá aos gestores designados pelo Presidente do TJ/TO promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes do instrumento contratual, observado o disposto no Anexo V da Instrução Normativa TJTO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

16.7 – A licitante vencedora deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representá-lo sempre que for necessário.

16.8 – O contrato implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após a sua disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 174, §2º, V, da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO XVII – DA GARANTIA CONTRATUAL

17.1 – Não se aplica.

CAPÍTULO XVIII – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 – A despesa com a execução do objeto desta licitação correrá à conta da Classificação Orçamentária com valor de referência R\$ 885.279,28 (oitocentos e oitenta e cinco mil duzentos e setenta e nove reais e vinte e oito centavos) e será consignado:

Unidade Gestora: 060100- FUNJURIS

Classificação Orçamentária - PI: 0601.02.061.1145.3067

Natureza de Despesa: 33.90.39

Fonte de Recursos: 1.760

CAPÍTULO XIX - DO PRAZO E DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS/FORNECIMENTO

19.1 – O prazo de execução da prestação de serviços é de no máximo 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data do recebimento da ordem de serviço, conforme cronograma de execução abaixo.

19.1.1 - Cronograma de Execução

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO
1	Projeto executivo aprovado na concessionária de energia	30 dias
2	Fornecimento dos equipamentos e materiais	60 dias
3	Instalação	60 dias
4	Comissionamento e Ligação	30 dias
	Prazo total:	180 dias

19.1.2 - Os prazos constantes na tabela acima são estimativas máximas, podendo ser alteradas, e as etapas subsequentes adiantadas assim que finalizada a etapa anterior em tempo menor que o previsto.

19.2 – Os serviços deverão ser executados das 08:00h às 18:00h em cada Comarca em seus respectivos endereços conforme tabela abaixo:

Grupo	Item	Comarca	Endereço	Unidade Consumidora
1	1	Arapoema	Av. Alceu Alves da Silva, 612, Esquina com Senador Antônio - Setor Jardim Primavera, Arapoema-TO, 77780-000	8/3396803-3
	2	Goiatins	Avenida Bernardo Sayão, Quadra 12, Lt 174, Setor 02 - 77770-000 - Goiatins-TO	8/2189862-2
	3	Xambioá	Avenida A, Lote 6 e 12, Xambioá-TO, 77880-000	8/963427-0
2	4	Natividade	Rua Q-16, SN, Centro - Natividade-TO, 77370-000	8/986689-8
	5	Peixe	Rua 13, Esquina com Av. Napoleão de Queirós Nº 439-555, Setor Sul, Peixe-TO, 77460-000	8/2714481-5
	6	Ponte Alta do Tocantins	Av. Albeni Ferraz Machado, esquina com Rua Barão de Rio Branco, Quadra 14, Centro - Ponte Alta-TO, 77590-000	8/2607021-9

19.3 – O prazo poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, nos termos do art. 73 da Instrução Normativa TJTO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

19.3.1 – Para os fins previstos neste item, a contratada deverá protocolar o seu pedido, com a devida motivação e comprovação dos fatos alegados, antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

19.4 - As demais disposições estabelecida no item 6 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital.

CAPÍTULO XX - DO REGIME DE EXECUÇÃO

20.1 – O contratante deverá iniciar a prestação dos serviços a ele adjudicado conforme disposto no capítulo 8 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital.

20.2- A ordem de serviço indicará detalhadamente: local de prestação de serviços, prazo, especificações, quantidades, e todas as informações que se fizerem pertinentes.

20.3 – Caberá ao fornecedor o recolhimento de materiais por ele fornecidos e considerados inadequados pelo gestor.

CAPÍTULO XXI – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1 – São obrigações da contratada, além de outras previstas neste edital ou decorrentes da natureza do ajuste:

21.2 - manter durante a vigência do contrato todas as condições de habilitação e de qualificação;

21.3 - apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

21.4 - efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste ajuste;

21.5 - indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto ao Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato.

21.6 - Responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao TJ/TO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução do ajuste;

21.7 - Não ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste decorrente do contrato a terceiros;

21.8 - Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente ajuste, salvo autorização específica do TJ/TO.

21.9 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, conforme inciso II do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021;

21.10 -Reparar quaisquer danos diretamente causados ao CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pelo CONTRATANTE;

21.11-O FORNECEDOR deve conduzir testes preliminares e funcionais com o objetivo de averiguar o funcionamento da Usina Fotovoltaica e sua conformidade com as especificações. Esses testes devem demonstrar:

- 21.11.1.** A finalização dos serviços mecânicos e elétricos;
- 21.11.2.** Montagens e instalações realizadas corretamente;
- 21.11.3.** Segurança e confiabilidade nas condições operacionais;
- 21.11.4.** Funcionamento adequado do sistema e dos componentes sob condições operacionais.

CAPÍTULO XXII – DA FORMA DE PAGAMENTO

22.1 – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, após o protocolo de recebimento da nota fiscal de serviços e aos materiais (momento em que o credor está adimplente com a obrigação firmada perante o TJTO), sendo que, recaindo sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente:

- 22.1.1** - O pagamento será realizado, no prazo previsto no item anterior, por meio de ordem bancária em conta corrente indicada pelo fornecedor, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual não tenha concorrido.
- 22.1.2** - O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho e vinculado à conta corrente do fornecedor.

22.2 – Caberá ao prestador de serviços apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades previstas no Capítulo XV deste edital.

22.3 - Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo o fornecedor isento ou beneficiário de redução de alíquota de qualquer tributo ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do respectivo comprovante.

- 22.3.1** - Nos casos de prestação de serviço/fornecimento de bem que envolvam outras empresas, a Contratada, ao apresentar a nota fiscal para pagamento, deverá apresentar também relatório analítico dos valores devidos a cada empresa envolvida na execução do objeto, uma vez que a retenção aplicável incidirá diretamente sobre o pagamento a ser realizado pelo Contratante.
- 22.3.1.2** - O relatório previsto no subitem anterior deverá indicar, dentre outras informações, o CNPJ de cada empresa envolvida na execução do objeto."

22.4 – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o fornecedor providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TJ/TO.

22.5 - Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

22.6 - O TJ/TO reserva-se o direito de não atestar a nota fiscal para o pagamento se os dados constantes da mesma estiverem em desacordo com os dados do fornecedor ou, ainda, se os materiais fornecidos não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas neste instrumento convocatório e na proposta, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

22.7 – Ocorrendo atraso de pagamento e, desde que o fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TJ/TO, entre o término do prazo referido no item 22.1 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

- EM = I x N x VP**, onde:
EM = Encargos Moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso;
I = Índice de compensação financeira = 0,[00016438](#), assim apurado:
 $I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,[00016438](#)
Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.$

22.8 - As demais disposições estão contidas no item 10 do Termo de Referência.

CAPÍTULO XXIII - DA EXTINÇÃO

23.1 – A inexecução total ou parcial de eventual ajuste que venha a ser firmado em razão do Contrato poderá ensejar a rescisão do ajuste pela inexecução, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021,

23.2 – A extinção do ajuste poderá ser:

- I** - por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a IX do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, desde que o descumprimento contratual não tenha sido decorrente de sua própria conduta;
- II** – consensualmente, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou
- III** – por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

23.3 – No caso de extinção amigável, a parte que pretender rescindir o contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

23.4 – Tanto a extinção determinada por ato unilateral da Administração como a consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo procedimento administrativo:

- 23.4.1** - Os casos de extinção contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

23.5 - Quando a extinção se der por ato unilateral, além das sanções cabíveis previstas na Lei nº 14.133/2021, poderá ocorrer:

- I** - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE e das multas aplicadas.

CAPÍTULO XXIV – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

24.1 – Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos acerca do ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico: cpl@tjto.jus.br.

24.2 – Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre as impugnações e responder aos pedidos de esclarecimento.

- 24.2.1** – A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

24.3 – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

24.4 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico Compras.gov.br e no campo de licitações do Portal da Transparência do TJ/TO.

CAPÍTULO XXV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 – O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

25.2 – Integram este edital os seguintes anexos:

- Anexo I - Termo de Referência;
- Anexo II - Minuta do Contrato;
- Anexo III – Instrução Normativa TJTO nº 6, de 31 de janeiro de 2023.
- Anexo IV - Estudo Técnico Preliminar

25.3 – Os atos normativos do TJ/TO referenciados neste edital podem ser consultados no sítio eletrônico: <http://www.tjto.jus.br/index.php/institucional/legislacao/interna>.

25.4 – É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

25.5 – No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

25.6 – As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

25.7 – A aplicação dos normativos expedidos pelo Órgão Central do Sistema de Serviços Gerais (SISG) limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, prevalecendo os normativos regulamentares do TJ/TO no tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame.

25.8 – Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

25.9 - Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão, que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Comarca de Palmas, no Estado do Tocantins, com exclusão de qualquer outro.

Palmas/TO, 17 de junho de 2026.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 565 / 2026
PRESIDÊNCIA/DIGER/DINFR/DIVENG

Data	Versão	Descrição	Autor
05/03/2026	1.0	Finalização da primeira versão	Leonardo Marcus de Santana
27/05/2026	2.0	Finalização da segunda versão	Leonardo Marcus de Santana

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a Contratação de empresa especializada em serviços comuns de engenharia para aprovação de projeto, fornecimento e montagem de 06 (seis) sistemas geradores de energia fotovoltaica ON-GRID para os Prédios dos Fóruns das Comarcas de Arapoema, Goiatins, Natividade, Peixe, Ponte Alta e Xambioá, com potência instalada mínima de 32,76kwp, geração aproximada de 4.500kwh/mês, composto de 13 microinversores de 2.250W(mínimo) e 52 painéis solares de, no mínimo, 630W cada, mediante licitação regida pela Lei 14.133 de 1º de abril de 2021 e regulamentado no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins pela Instrução Normativa 04 de 31 de janeiro de 2023.

1.2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1.2.1. Os serviços englobam o fornecimento e montagem de sistemas geradores de energia (módulos, microinversores, suportes, estruturas, cabos, “stringbox” e demais acessórios que forem obrigatórios e necessários para o perfeito funcionamento dos sistemas), conectadas à Rede Elétrica da Concessionária Local, com projeto aprovado pela Contratada junto à Concessionária de Energia Elétrica, e conforme especificações, quantidades e exigências constantes nas especificações deste Termo de Referência.

1.2.2. A demanda tem natureza comum, tratando-se de objeto por adoção de Pregão, tipo menor preço, cujos padrões de desempenho e qualidade encontram-se definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

1.2.3. Neste detalhamento Técnico e seus anexos, a geração de energia se dará a partir da insolação que ocorre nos TELHADOS DAS EDIFICAÇÕES OU ESTACIONAMENTO DOS FÓRUNS DAS COMARCAS MENCIONADAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA. A inclinação dos módulos irá acompanhar a inclinação do telhado onde o sistema fotovoltaico for instalado e na(s) água(s) da cobertura que for(em) indicada(s) pela fiscalização, sempre privilegiando a que for MAIS FAVORÁVEL a ficar voltada para a FACE NORTE, quando permitido. Haja vista as características arquitetônicas da edificação, através da instalação de módulos fotovoltaicos, inversores e conexão com a rede elétrica da concessionária de energia.

1.2.4. Com objetivo de facilitar a visualização das condições estruturais, logísticas e situacional de cada edificação, constam como parte deste Termo de Referência o **Croqui de Locação** (Anexo I) e **Diagrama Unifilar Proposto** (Anexo II) para dimensionamento das distâncias dos cabos de energia, localização dos quadros de proteção e conexão, bem como orientação para a instalação dos painéis.

Tabela 01:

DIMENSIONAMENTO DOS SISTEMAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICOS												
Grupo	Item	Comarca	Endereço	Unidade Consumidora	Média Consumo últimos 12 meses (kWh)	kWp Dimensionado	Quantidade de placas de 630W	Geração kwh/mês estimada	Valor Previsto por Sistema	Valor Previsto por Grupo	CATSER	
1	1	Arapoema	Av. Alceu Alves da Silva, 612, Esquina com Senador Antônio - Setor Jardim Primavera, Arapoema-TO, 77780-000 Telefone: (63) 3142-1314	8/3396803-3	3.784	32,76	52	4.500	R\$ 147.960,70	R\$ 445.946,17	20621	
	2	Goiatins	Avenida Bernardo Sayão, Quadra 12, Lt 174, Setor 02 - 77770-000 - Goiatins-TO Telefone: (63) 3142-2789	8/2189862-2	2.902	32,76	52	4.500	R\$ 148.882,52		20621	
	3	Xambioá	Avenida A, Lote 6 e 12, Xambioá-TO, 77880-000 Telefone: (63) 3142-1349	8/963427-0	3.305	32,76	52	4.500	R\$ 149.102,95		20621	

2	4	Natividade	Rua Q-16, SN, Centro - Natividade-TO, 77370-000 Telefone: (63) 3142-1383	8/986689-8	3.849	32,76	52	4.500	R\$ 145.996,82	R\$ 439.333,11	20621
	5	Peixe	Rua 13, Esquina com Av. Napoleão de Queirós N° 439-555, Setor Sul, Peixe-TO, 77460-000 Telefone: (63) 3142-1766	8/2714481-5	3.818	32,76	52	4.500	R\$ 146.347,51		20621
	6	Ponte Alta do Tocantins	Av. Albeni Ferraz Machado, esquina com Rua Barão de Rio Branco, Quadra 14, Centro - Ponte Alta-TO, 77590-000 Telefone: (63) 3142-2413	8/2607021-9	3.417	32,76	52	4.500	R\$ 146.988,78		20621
VALOR TOTAL GERAL										R\$ 885.279,28	

1.3 JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

1.3.1. Atualmente, o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins tem o dispêndio médio mensal de aproximadamente R\$40.000,00 (quarenta mil reais) em consumo de energia hidroelétrica - média dos últimos 12 meses – com cada prédio dos fóruns das comarcas de Arapoema, Goiatins, Natividade, Peixe, Ponte Alta e Xambioá. Gastos estes que não atendem com plenitude o planejamento estratégico do TJTO, as diretrizes fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça e os impactos ambientais.

1.3.2. Para gerar adequadamente a quantidade de energia que atenda as unidade citadas do Poder Judiciário do Estado do Tocantins é necessário a aquisição de até 06 (seis) usinas geradoras de energia fotovoltaicas com carga total instalada de 32,76kWp e capacidade aproximada de geração de 4.500KWh, com painéis de, no mínimo, 630Wp cada, estimados em um custo total de R\$ 885.279,28 (oitocentos e oitenta e cinco mil, duzentos e setenta e nove reais e vinte e oito).

1.3.3. No ponto de vista financeiro, a aquisição de energia fotovoltaica ON-GRID é tido como um investimento com retorno financeiro inferior a 5 anos, sendo uma fonte de energia sustentável e meta global considerando os efeitos extremamente nocivos que os combustíveis fósseis acarretam no planeta. Assim, investir em energia solar no Brasil significa diminuir a necessidade de utilização de energia térmica, conforme recomenda a Resolução Normativa nº 1.059/2023 da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, o qual criou o Sistema de Compensação de Energia Elétrica no Brasil.

1.3.4. Vale ressaltar que o retorno financeiro do investimento previsto é inferior a 5 anos, já que um gerador fotovoltaico tem vida útil estimada de 25 a 30 anos. Some-se a isso que se pretende instalar os geradores somente em prédios próprios e com perspectiva de utilização pelo TJ/TO de longo prazo e que o sistema pode ser até mesmo desmontado e reinstalado em outra edificação, o qual assegura o planejamento estratégico e as diretrizes fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça.

1.3.5. A eficiência energética do Poder Judiciário do Estado do Tocantins está previsto no plano estratégico de sustentabilidade (PES) do TJTO, o qual prevê a instalação de usinas fotovoltaicos em prédios que serão reformados ou construídos.

1.3.6. Saliente-se, por oportuno, que toda a Contratação de empresa especializada de Serviços Comuns de Engenharia para fornecimento e montagem de sistema gerador de energia fotovoltaica ON-GRID será executada em completa obediência aos princípios de boa técnica, devendo satisfazer rigorosamente às especificações das Normas Técnicas Brasileiras vigentes e Resolução 652/2025 do CNJ.

1.3.7. Não há contrato ou ajuste vigente ou vencido para mesmo objeto.

2. FORMA DE CONTRATAÇÃO

2.1.TIPO DE CONTRATAÇÃO

2.1.1. A contratação será por tarefa, a qual será precedida de procedimento licitatório nos moldes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentada no âmbito do Tribunal de Justiça pela IN TJTO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

2.2. MODALIDADE DE LICITAÇÃO

2.2.1. A modalidade de licitação a ser adotada será o **Pregão**, com contratação por critério de MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS.

2.3. INDICAÇÃO JUSTIFICADA DA ADOÇÃO OU NÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.3.1. Não será adotado o sistema de registro de preços uma vez que a contratação dos serviços comuns de engenharia se dará de forma imediata.

2.4. INDICAÇÃO JUSTIFICADA DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.4.1. Para julgamento será adotado o critério de MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS.

2.4.2. Tal agrupamento visa otimizar a logística de execução contratual, reduzindo custos indiretos relacionados a deslocamento de equipes, transporte de materiais, mobilização de canteiros, além de favorecer o planejamento operacional da licitante.

2.4.3. Importante destacar que a opção por não realizar a contratação por sistema individualizado decorre do fato de que tal estratégia acarretaria fragmentação excessiva do objeto, aumento do custo administrativo com múltiplos contratos, maior dificuldade de fiscalização, despadronização das soluções técnicas adotadas e múltiplos acessos à diferentes plataformas para o sistema de monitoramento remoto, inviabilizando o acompanhamento e emissão de relatórios em tempo hábil para tomadas de decisões e acionamento de equipes de manutenção.

2.4.4. Em observação ao previsto no parágrafo 3º do artigo 40 da lei 14.133/2021 foi considerada a economia de escala e a redução de custos de gestão de contratos como fatores vantajosos para a administração pública na opção de não parcelamento do objeto por item.

2.5. INDICAÇÃO JUSTIFICADA DA POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO OU NÃO DE CONSÓRCIOS DE EMPRESAS

2.5.1. Não haverá participação de consórcios, conforme artigo 5º, inciso VI, do Anexo III, da IN 4/2023, uma vez que os objetos constantes no item 1.1 são serviços comuns de engenharia, podendo ser fornecidos de forma individual.

2.5.2. Considerando que as empresas atuantes no mercado têm condições de fornecer os serviços de forma independente, nesse caso, a possibilidade de participação de consórcios poderia limitar a competitividade do certame, uma vez que se admitiria que empresas se associem e não disputem individualmente o objeto da licitação.

2.6. PREVISÃO DE SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DO OBJETO

2.6.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

2.7 APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123/2006

2.7.1. Não há óbice a aplicação de adoção do tratamento diferenciado para microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas, conforme disposto no art. 49 da Lei Complementar federal nº 123, de 2006, para a subcontratação.

2.8. INDICAÇÃO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA

2.8.1. Não há direito de preferência para a contratação, conforme artigo 5º, inciso IX, do Anexo III, da IN 4/2023.

3. REQUISITOS DO FORNECEDOR

3.1 DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.1.3. Haverá a necessidade de a Contratada apresentar os documentos necessários a habilitação econômico financeira, visando demonstrar a aptidão econômica da licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, conforme art. 69 da Lei 14.133/2021, restrita à apresentação da seguinte documentação:

- 3.1.3.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- 3.1.3.2. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
- 3.1.3.3. Em consonância com o §4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, nas compras para entrega futura, será estabelecido no edital a exigência de patrimônio líquido mínimo equivalente de 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação.

3.2 DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

3.2.1. Os critérios de habilitação técnica buscam filtrar as empresas e profissionais que realmente pertencem à área de tecnologia afim, ou seja, do ramo do objeto que se pretende contratar, de modo a minimizar riscos de má execução e entrega incompleta do mesmo.

3.2.2. Capacidade Técnica Operacional:

3.2.2.1. Para atendimento à qualificação técnica operacional deverá ser apresentada obrigatoriamente prova da inscrição ou registro da licitante e dos responsáveis técnicos indicados por ela junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

3.2.2.2. Será exigido Atestados de Capacidade Técnica, que poderão ser emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, com a finalidade de comprovar experiência anterior à data da licitação em atividades de fornecimento e instalação de sistemas de geração distribuída de energia fotovoltaica ON-GRID com microinversores, com potência mínima instalada de 15kWp.

a) Nos termos do art. 67, §1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021, é possível exigir da licitante atestados com quantidades mínimas de até 50% das parcelas de maior valor relevância do objeto da contratação. Portanto, essa exigência tem por objetivo assegurar que a licitante possua experiência prévia mínima suficiente para garantir a execução adequada do objeto contratual.

3.2.2.3. As licitantes deverão apresentar Declaração de Responsáveis Técnicos, contendo a relação dos profissionais indicados que serão os responsáveis técnicos pela execução dos serviços comuns de engenharia, com informação do(s) respectivo(s) nome(s), CPF e nº do registro na entidade profissional competente, conforme modelo no Anexo VII.

3.2.2.4. Em conformidade com a Resolução nº 218/1973 do CONFEA, pelo menos um dos responsáveis técnicos pelos serviços deverá possuir formação em Engenharia Elétrica e registro ativo no CREA-TO, sendo ele o responsável pela execução, supervisão e emissão de documentos.

a) A exigência de formação em área de engenharia elétrica se justifica em razão de os serviços envolverem projetos e atividades em instalações elétricas, específicos para tal formação, demandando profissional com atribuições e habilitação técnica da área elétrica, conforme previsto pelo CONFEA e exigido pela Concessionária local.

3.2.3. Capacidade Técnica Profissional:

3.2.3.1. Para atendimento à qualificação técnica profissional deverá ser apresentada obrigatoriamente prova da inscrição ou registro dos responsáveis técnicos indicados junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

3.2.3.2. Será exigido Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitido pelo CREA, com a finalidade de comprovar experiência anterior à data da licitação em atividades de fornecimento e instalação de sistemas de geração distribuída de energia fotovoltaica ON-GRID com microinversores, semelhante ao objeto desta licitação, em qualquer quantidade.

3.4. VISTORIA TÉCNICA

3.4.1. É facultada à licitante, vistoria prévia dos locais passíveis de receber os Sistemas de Geração de Energia Fotovoltaica, a fim de verificar as particularidades do serviço e já considerá-las em seus custos e prazos, para as quais serão emitidos uma Declaração de Vistoria nos termos do Anexo III.

3.4.2. Todavia, caso entenda desnecessária tal vistoria, a licitante assumirá o total conhecimento das condições locais para a execução do objeto, sendo obrigatória a apresentação de Declaração de Dispensa de Vistoria, conforme Anexo IV.

3.4.3. As visitas técnicas poderão ser agendadas e realizadas até 2 (dois) dias úteis antes da data prevista para a sessão da licitação. O agendamento deverá ser efetuado junto à Secretaria do Foro da respectiva comarca, conforme os endereços e contatos constantes da Tabela 01 do item 1.2.4, observando-se o horário de atendimento das 12h às 18h. Ao término da visita, será emitida a respectiva declaração/comprovante de visita técnica.

3.4.4. As licitantes não poderão alegar desconhecimento das características técnicas dos serviços, mesmo que optem por não vistoriar.

3.4.5. Com o objetivo de facilitar a visualização das condições do local encontra-se o Anexo I, **Croqui de Locação**, apontando os possíveis locais preteridos de instalação dos painéis solares, a indicação de local a ser instalado o quadro de proteção e conexão, bem como a localização da entrada de energia da edificação.

3.4.6. Será de responsabilidade da empresa CONTRATADA a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação das informações, com vistas a proteger o interesse da Administração na fase de execução do contrato.

4. FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

4.1. O instrumento contratual será obrigatório, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2. Prazo de vigência do contrato: O contrato a ser firmado terá início a partir da data de sua assinatura e vigência de 12 (doze) meses, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021: Será considerado exaurido o contrato quando executado integralmente seu objeto, ressalvadas as obrigações da CONTRATADA.

4.3. Eventuais solicitações de prorrogação de prazo somente serão admitidas se presente alguma das hipóteses previstas em lei e neste Termo;

4.4. O não cumprimento por parte da concessionária de energia dos prazos constantes na Resolução Normativa nº 1.059/2023, da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica justificará a concessão de prorrogações de prazo por parte do TJ/TO.

4.5. Os requerimentos de prorrogação de prazo para fornecimento e instalação dos sistemas deverão ser encaminhados, devidamente justificados e acompanhados dos documentos comprobatórios das alegações apresentadas, ao fiscal do contrato.

5. MODELO DE GESTÃO

5.1. A fiscalização e gestão dos serviços objeto da presente contratação será exercida por servidor(es) indicado(s) pelo TJ/TO;

Gestor(a) Titular do Contrato: Edward Afonso Keneipp - Mat. 352795

Gestor(a) Titular Substituto: Zailon Labre Batista Miranda - Mat. 358520

Fiscal Técnico Titular: Leonardo Marcus de Santana - Mat. 366618

Fiscal Técnico Substituto: Edicarlos Batista de Freitas - Mat. 369870

5.2. Forma de comunicação junto à contratada será por escrito, via correspondência eletrônica.

5.3. Da Fiscalização

5.3.1. São atribuições da Fiscalização:

- a) zelar pela fiel execução dos serviços, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;
- b) avaliar as condições de segurança da execução do objeto do contrato;
- c) orientar a contratada quanto ao atendimento das especificações, liberação e medição dos serviços, à instalação de infraestrutura no local, à necessidade de uso de EPI (Equipamento de Proteção Individual), aplicação de outras Normas de Segurança do Trabalho;
- d) manter controle atualizado do cronograma do contrato;
- e) avaliar as medidas que couberem para a solução dos casos surgidos em decorrência de problemas na execução dos serviços;
- f) informar acerca de inadimplemento de obrigações pela contratada, que possam ensejar a aplicação de penalidades;
- g) manter controle atualizado dos pagamentos efetuados em ordem cronológica;
- h) apresentar, quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento de execução dos serviços;
- i) receber o serviço, provisoriamente, mediante termo circunstanciado;
- j) manter um diário das atividades, físico ou digital, que será todo dia assinado, física ou digitalmente, pela CONTRATADA e pelo CONTRATANTE e que relate todos os eventos realizados. Deverá também ser registrada a condição climática do dia. Caso seja um diário digital o formato dele será proposto pela CONTRATADA, para aprovação ou não da fiscalização e o fará pelo menos 5 dias corridos antes de iniciar a implantação.

5.3.2. A Fiscalização será investida de plenos poderes para:

- a) estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do contrato;
- b) determinar à contratada a substituição de equipamentos cujo uso considere prejudicial à boa conservação de materiais, equipamentos ou instalações, ou ainda, que não atendam às necessidades;
- c) rejeitar serviços defeituosos e materiais que não satisfaçam às especificações técnicas, e ainda, incorreções, erros ou omissões nas medições, nas avaliações, nos testes, nos relatórios, nos métodos de acompanhamento e em outros procedimentos julgados inadequados, obrigando a contratada a fazer as correções necessárias ou refazer os serviços e substituir os materiais, arcando com as respectivas despesas e sem alteração do cronograma;
- d) sustar qualquer serviço que não seja executado de acordo com a melhor técnica;
- e) determinar a paralisação dos serviços quando, objetivamente, constatar uma irregularidade ou problema que possa comprometer a segurança dos trabalhadores ou a qualidade futura do objeto.

5.4. A gestão do contrato será exercida por um ou mais servidores indicado pelo TJ/TO.

5.4.1. O gestor é o representante da administração para acompanhar a execução do contrato. Deve agir de forma pró-ativa e preventiva, observar o cumprimento, pela contratada, das regras previstas no instrumento contratual, buscar os resultados esperados no ajuste e trazer benefícios e economia para o Contratante. Deverá adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento do ajuste, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência deverão ser encaminhadas a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

5.4.2. São atribuições do Gestor do contrato:

- a) acompanhar o processo licitatório em todas as suas fases, até a assinatura do contrato;
- b) emitir a Ordem de Início dos Serviços e verificar se os documentos exigidos como condição obrigatória para o início da execução dos serviços foram apresentados pela contratada no prazo estabelecido;
- c) zelar pela vigência da garantia contratual durante a execução do contrato;
- d) verificar, de modo sistemático, o cumprimento das disposições do contrato, informando à autoridade superior, em tempo hábil, todas as ocorrências e providências tomadas;
- e) acompanhar o cumprimento, pela contratada, do cronograma dos serviços;
- f) controlar o prazo de vigência do instrumento contratual, propondo solicitação de prorrogação, quando necessário;
- g) comunicar à unidade competente irregularidades cometidas pela contratada passíveis de penalidade, após os contatos prévios com o respectivo preposto;
- h) determinar o afastamento do preposto ou de qualquer empregado da contratada ou das subempreiteiras/subcontratadas, desde que constatada a inoperância, o desleixo, a incapacidade ou atos desabonadores por parte dos mesmos;
- i) não permitir a subcontratação total dos serviços, comunicando a autoridade superior para as providências cabíveis;
- j) encaminhar à autoridade superior, eventuais necessidades de alteração em projeto, de serviço ou de acréscimos (quantitativos e qualitativos) ao contrato, acompanhadas das devidas justificativas e observadas as disposições do art. 124 da Lei nº 14133/2021;
- k) encaminhar à autoridade superior, devidamente instruídos, eventuais pedidos de modificações no cronograma e/ou substituições de materiais e equipamentos formulados pela contratada;
- l) comunicar a autoridade superior acerca de eventuais atrasos no cronograma e no prazo de execução do objeto, bem como os pedidos de prorrogação, se for o caso;
- m) estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade superior ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão dos serviços ou em relação a terceiros;
- n) cientificar à autoridade competente da possibilidade de não conclusão do objeto na data aprazada, com as devidas justificativas.

5.4.3. O Gestor será investido de plenos poderes para acompanhar sistematicamente o desenvolvimento do contrato, de modo que possa resolver eventuais irregularidades ou distorções existentes, assim como todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissor, não previsto no contrato, no Edital ou no projeto, no âmbito da sua esfera de ação e no tempo certo, garantido o contraditório e a ampla defesa à contratada.

6. PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO

6.1. A empresa contratada deverá executar o serviço deste Termo de Referência no prazo máximo de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar do recebimento da Ordem de Serviço, conforme artigo 9º, do Anexo III, da IN 4/2023, seguindo o cronograma de execução conforme tabela 02 do item 8.3.1.

6.1.1. A ordem de serviço deverá ser recebida pela empresa contratada diretamente do gestor deste contrato, a qual indicará detalhadamente o quantitativo de cada item e o local de execução dos serviços.

6.1.2. Caso haja solicitação por parte do contratante ou empresa contratada para modificação do regime de fornecimento, deverão ser observadas as disposições da subseção IV da seção II do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

7. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. DEVERES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- 7.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas aplicáveis direta e indiretamente a esta contratação;
- 7.1.2. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021;
- 7.1.3. Proporcionar condições para o objeto deste Termo;
- 7.1.4. Assegurar os recursos necessários para custear as despesas deste Termo, por meio da emissão de empenho, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica;
- 7.1.5. Designar gestor e/ou fiscal para acompanhar a execução do contrato;
- 7.1.6. Rejeitar os materiais que não atendam especificações e aos requisitos mínimos constantes deste Termo;
- 7.1.7. Notificar a empresa contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes nos materiais fornecidos, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 7.1.8. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa contratada;
- 7.1.9. Zelar para que, durante a vigência do contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da empresa contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

7.2. DEVERES E RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA

- 7.2.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste Termo;
- 7.2.2. Manter durante a execução do contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;
- 7.2.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;
- 7.2.4. Apresentar cópias das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- 7.2.5. Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do contrato;
- 7.2.6. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto ao CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 7.2.7. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, conforme inciso II do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021;
- 7.2.8. Reparar quaisquer danos diretamente causados ao CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pelo CONTRATANTE;
- 7.2.9. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

7.2.10. O FORNECEDOR deve conduzir testes preliminares e funcionais com o objetivo de averiguar o funcionamento da Usina Fotovoltaica e sua conformidade com as especificações. Esses testes devem demonstrar:

- 7.2.10.1. A finalização dos serviços mecânicos e elétricos;
- 7.2.10.2. Montagens e instalações realizadas corretamente;
- 7.2.10.3. Segurança e confiabilidade nas condições operacionais;
- 7.2.10.4. Funcionamento adequado do sistema e dos componentes sob condições operacionais.

8. REGIME DE EXECUÇÃO

8.1 MECANISMO DE COMUNICAÇÃO

- 8.1.1. As comunicações e determinações do gestor à contratada serão feitas por escrito, via e-mail, admitindo-se, em caráter excepcional, comunicação verbal que deverá ser reduzida a termo.
- 8.1.2. É de responsabilidade da Contratada manter em perfeito funcionamento o meio de contato indicado, comunicando ao Contratante qualquer interrupção ou falha, providenciando, imediatamente os ajustes necessários.
- 8.1.3. A Contratada deverá indicar funcionário que ficará responsável pelo atendimento preferencial ao Contratante durante o horário de atendimento normal da Contratada, bem como seu respectivo substituto, em caso de afastamentos.

8.2. DESCRIÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 8.2.1. Os sistemas deverão ser entregues, devidamente montados, nos endereços indicados na tabela do item 1.2.3 e prazo especificado.
- 8.2.2. O prazo de entrega dos serviços será conforme cronograma da tabela do item 8.3.1. Caso recaia sobre final de semana ou feriado, o objeto deverá ser entregue no próximo dia útil.
- 8.2.3. Os sistemas deverão ser fornecidos e instalados o mais fiel possível do Anexo II, **Diagrama Unifilar Proposto**, bem como os equipamentos do sistema deverão ser instalados nos locais indicados conforme Anexo I, **Croqui de Locação**.
- 8.2.4. As especificidades das instalações do objeto em questão deverão seguir o indicado no item 13 deste termo de referência.
- 8.2.5. Os microinversores compatíveis com 4 módulos e potência de entrada adequada para a Isc os painéis a partir de **630Wp**, a partir de 17A-20A, conforme tabela 2 do item 4.5.1.
- 8.2.6. Deverão ser utilizados disjuntores padrão IEC e DPS (dispositivos de proteção contra surto de tensão) para a proteção dos sistemas, montados em caixa metálica de embutir ou sobrepor instalados nas áreas externas tipo IP68, e metálica ou de PVC modular para as áreas internas.
- 8.2.7. Após a instalação dos suportes de fixação dos painéis na cobertura da edificação todos os parafusos e furos deverão ser, obrigatoriamente, selados com PU e manta asfáltica fornecidos pela licitante.
- 8.2.8. Toda a fiação deverá ser encaminhada no interior de eletrodutos em PVC organizadamente dispostos na cobertura e travessia entre platibandas e laje. As descidas internas da edificação e laterais externas deverão ser executadas em eletrodutos rígidos metálicos e condutes, devidamente fixados na parede.
- 8.2.9. A Contratada deverá zelar pela manutenção das condições de qualidade do telhado das edificações onde receberão os sistemas de geração de energia, assumindo a responsabilidade de reparo e/ou reposição de telhas, calhas e rufos danificados durante a instalação dos mesmos.
- 8.2.10. Os painéis solares poderão ser instalados na cobertura da edificação, cobertura do estacionamento interno, ou em local indicado pelo fiscal de contrato, sob consulta e anuência prévia do mesmo.
- 8.2.11. Conforme **Diagrama Unifilar Proposto** deverão fazer parte do sistema de proteção um quadro de distribuição com disjuntores termomagnéticos de 63A, DPS de 20kA, cabos alimentadores do sistema de, no mínimo **16mm² XLPE 90º**, e cabos de distribuição dos microinversores de, no mínimo **6mm² XLPE 90º**.
- 8.2.12. A contratada deverá ainda observar todas as especificações e exigências enumeradas no item 13 deste Termo de Referência.

8.3. PRAZO DE ENTREGA OU DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.3.1. Para a requisição, o prazo total de execução da implantação de cada grupo será de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir do recebimento da ordem de serviço, conforme etapas discriminadas no cronograma abaixo:

Tabela 02: Cronograma de Execução

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO
1	Projeto executivo aprovado na concessionária de energia	30 dias
2	Fornecimento dos equipamentos e materiais	60 dias
3	Instalação	60 dias
4	Comissionamento e Ligação	30 dias
	Prazo total:	180 dias

- 8.3.2. Os prazos constantes na Tabela 02 são estimativas máximas, podendo ser alteradas, e as etapas subsequentes adiantadas assim que finalizada a etapa anterior em tempo menor que o previsto.
- 8.3.3. Eventuais solicitações de prorrogação de prazo somente serão admitidas se presente alguma das hipóteses previstas em lei e neste Termo.
- 8.3.4. O não cumprimento por parte da concessionária de energia dos prazos constantes na Resolução Normativa nº 1.059, de 7 de fevereiro de 2023 - ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica justificará a concessão de prorrogações de prazo por parte do TJ/TO.
- 8.3.5. Os requerimentos de prorrogação de prazo para fornecimento e instalação dos sistemas deverão ser encaminhados, devidamente justificados e acompanhados dos documentos comprobatórios das alegações apresentadas, ao fiscal do contrato.
- 8.3.6. Os horários para execução dos serviços ora pretendidos serão em período comercial - 08:00h às 18:00h, todavia a contratada deverá consultar com antecedência de pelo menos 3 (três) dias corridos sobre a possibilidade de trabalhar em horário diverso do expediente do local de instalação ou da necessidade de trabalhar em sábados, domingos ou feriados, para permitir a análise e autorização da administração e disponibilidade da comarca.
- 8.3.7. A licitante assume a responsabilidade pelas adequações necessárias para permitir a instalação do sistema nas edificações do TJ/TO, excetuando-se as seguintes situações, que ficarão a cargo do TJ/TO:

- a) Necessidade de reforço estrutural na cobertura;
- b) Adequação da entrada de energia ao padrão da concessionária local.

- 8.3.8. Os materiais e equipamentos de cada sistema a ser instalado deverão ser entregues em horário comercial, mediante agendamento, no endereço de instalação de suas respectivas localidades.
- 8.3.9. Caso durante a execução do serviço, seu recebimento provisório ou definitivo, for constatado vícios de montagem, equipamentos defeituosos ou em não conformidade com as especificações mínimas deste Termo de Referência, a contratada deverá ser notificada para o reparo e ou substituição do equipamento/material no prazo de 30 dias úteis.
- 8.3.10. Durante a execução do objeto a contratada deverá manter no local equipe devidamente uniformizada, a qual terá acesso exclusivamente aos ambientes destinados à instalação dos equipamentos;
- 8.3.11. A contratada deverá se comprometer em manter a ordem, limpeza e integridade construtiva dos ambientes que terá acesso para a instalação dos equipamentos componentes do objeto deste Termo;
- 8.3.12. Concluídos os serviços de cada instalação dos sistemas a Contratada procederá com a solicitação de vistoria e solicitação de troca do medidor de energia por modelo bidirecional, anotando o protocolo, que deverá ser informado à fiscalização do contrato, e executar o acompanhamento até a liberação de ligação definitiva do sistema de geração pela Concessionária.

- 8.3.13. Como condição obrigatória para o início da execução dos serviços, a contratada deverá apresentar até o décimo dia após o recebimento da Ordem de Serviço:
- a) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do responsável técnico pela execução do serviço, onde deverá constar nome, título e número de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA);
 - b) Indicação do Encarregado, Técnico de Edificações ou Coordenador dos Serviços, com telefone e e-mails de contato;
 - c) Comprovação de vínculo profissional com a Contratada do profissional indicado na alínea “b” acima.
- 8.3.14. **A comprovação de vínculo entre a licitante e seu responsável técnico profissional** será exigida somente quando da assinatura do contrato, de modo a não restringir ou onerar desnecessariamente a participação de empresas na licitação, podendo ser das seguintes modalidades:
- a) Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;
 - b) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
 - c) Empregado: cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Contrato de Trabalho em vigor;
 - d) Responsável Técnico: cópia da Certidão expedida pelo CREA da Sede ou Filial da CONCORRENTE onde consta o registro do profissional como RT;
 - e) Certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia, e Agronomia – CREA, da jurisdição da sede, que comprove a atividade relacionada com o objeto;

8.4. LOCAL E HORÁRIO PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO

8.4.1. Os serviços objeto do contrato deverão ser executados das 08:00h às 18:00h em cada Comarca em seus respectivos endereços conforme tabela abaixo:

Grupo	Item	Comarca	Endereço	Unidade Consumidora
1	1	Arapoema	Av. Alceu Alves da Silva, 612, Esquina com Senador Antônio - Setor Jardim Primavera, Arapoema-TO, 77780-000	8/3396803-3
	2	Goiatins	Avenida Bernardo Sayão, Quadra 12, Lt 174, Setor 02 - 77770-000 - Goiatins-TO	8/2189862-2
	3	Xambioá	Avenida A, Lote 6 e 12, Xambioá-TO, 77880-000	8/963427-0
2	4	Natividade	Rua Q-16, SN, Centro - Natividade-TO, 77370-000	8/986689-8
	5	Peixe	Rua 13, Esquina com Av. Napoleão de Queirós Nº 439-555, Setor Sul, Peixe-TO, 77460-000	8/2714481-5
	6	Ponte Alta do Tocantins	Av. Albeni Ferraz Machado, esquina com Rua Barão de Rio Branco, Quadra 14, Centro - Ponte Alta-TO, 77590-000	8/2607021-9

8.5. PREVISÃO DOS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO (RECURSOS MATERIAIS, INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E PESSOAL TÉCNICO ADEQUADO)

- 8.5.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar materiais, equipamentos e mão de obra, na quantidade necessária ao regular andamento dos serviços, a serem entregues em prazo programado entre as partes.
- 8.5.2. Todos os custos relacionados com materiais, mão de obra, equipamentos, transporte de materiais, destinados à execução do objeto deste Termo de Referência, serão arcados exclusivamente pela CONTRATADA.

8.6. CONDIÇÕES E PRAZOS PARA REFAZIMENTO DOS SERVIÇOS DURANTE O PRAZO DE FISCALIZAÇÃO

8.6.1. Reparar/corrigir/refazer as suas expensas, no prazo de 10 (dez) dias, corridos, contados da notificação do Gestor/Fiscal do Contrato, os serviços rejeitados pela fiscalização nos quais forem constatadas falhas, imperfeições ou irregularidades resultantes do emprego de material inadequado ou a execução imprópria do serviço à vista dos projetos e especificações.

8.7. PRAZOS E CONDIÇÕES PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO OBJETO

- 8.7.1. Concluído os serviços, este será recebido provisoriamente pela Fiscalização, mediante termo circunstanciado conforme Anexo V, em até 15(quinze) dias corridos, contados da data da comunicação escrita do FORNECEDOR.
- 8.7.2. A fiscalização poderá recusar o recebimento provisório dos serviços, caso haja inconformidades significativas quanto às especificações e qualidade dos materiais.
- 8.7.3. Caso no ato do Recebimento Provisorio seja identificado alguma inconformidade na obra, as mesmas serão relacionadas em documento anexo ao termo circunstanciado de recebimento provisório e deverão ser corrigidas no Prazo de 30 dias, ou seja, até o recebimento definitivo.
- 8.7.4. Após o recebimento provisório dos serviços e até seu recebimento definitivo, o FORNECEDOR deverá fornecer toda assistência técnica necessária à solução das imperfeições detectadas na vistoria final, bem como as surgidas nesse período, independentemente de sua responsabilidade civil.
- 8.7.5. O recebimento definitivo dos serviços será efetuado pelo gestor do contrato, em até 30(trinta) dias corridos, mediante termo circunstanciado conforme Anexo VI, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, e vistoria da concessionária com a substituição do medidor de energia, bem como a liberação de ligação da concessionária e o efetivo funcionamento do sistema;
- 8.7.6. O recebimento definitivo dos serviços está condicionado também à verificação do atendimento aos seguintes aspectos:
- a) ressarcimento ao TJ/TO por prejuízos, vícios e danos provocados ao patrimônio do Contratante durante os serviços, como danos no telhado, paredes, forro e caixas de passagens;
 - b) pleno atendimento ao projeto, às normas e às especificações;
 - c) limpeza do local na entrega.

8.8. PRAZO DE GARANTIA OU VALIDADE

- 8.8.1. Os prazos de garantia dos materiais, equipamentos e serviços serão contados da data de emissão do “Termo de Recebimento Definitivo” da instalação, sem prejuízo dos prazos preconizados no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor.
- 8.8.2. Painéis fotovoltaicos:
- a) Nível máximo admitido de degradação da potência será de 10% durante o período de garantia: 10 (dez) anos.
 - b) Do produto: garantia mínima 10 (dez) anos de fábrica.
- 8.8.3. Inversores: garantia mínima 10 (dez) anos de fábrica.
- 8.8.4. Cabos expostos ao tempo: garantia mínima de 5(cinco) anos.
- 8.8.5. Demais componentes eletroeletrônicos: garantia mínima de 3 (três) anos.
- 8.8.6. Instalação e serviços: garantia mínima de 1 (um) ano.

8.9. CONDIÇÕES E PRAZOS PARA REFAZIMENTO DOS SERVIÇOS DURANTE O PRAZO DE GARANTIA

8.9.1. As medidas corretivas pertinentes às solicitações de cumprimento de garantia deverão ser providenciadas no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da data da solicitação, salvo quando se tratar de situações emergenciais, que coloquem em risco a integridade física das pessoas, quando as providências deverão ser adotadas no **prazo de 24 horas** da solicitação.

9. PREVISÃO DE PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO CONTRATURAL

9.1. A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste Termo de Referência e no contrato e no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar; e

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.1.1. A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave;

9.1.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Tocantins por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

I - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - der causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

9.1.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses no subitem 9.1.1 que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou ainda quando a CONTRATADA:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.1.4. Em conjunto com as sanções dos subitens 9.1.1, 9.1.2 ou 9.1.3 a autoridade competente poderá:

I - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e

II – determinar a extinção unilateral do contrato.

9.1.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

I - 1% (um por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

II - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

III - 0,25% (vinte e cinco centésimos porcentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

9.1.6. O CONTRATANTE avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a CONTRATADA às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração;

9.1.7. A aplicação de multa de mora não impedirá que o CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas no contrato:

I - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

9.1.8. A não apresentação da documentação prevista no item 10.2, deste Termo, ou a constatação de qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitarão a CONTRATADA à pena de advertência e à sua notificação para sanear o vício ou irregularidade:

I – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos incisos I e II do subitem 9.1.4.

9.1.9. O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos subitens anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do CONTRATANTE, observando-se os critérios constantes do subitem 9.1.13 e sem prejuízo das demais sanções;

9.1.10. Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos subitens 9.1.5 e 9.1.9, a critério do CONTRATANTE, o contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções;

9.1.11. Ressalvadas as penalidades do inciso I do subitem 9.1.4, o somatório das demais multas previstas neste tópico não poderá superar, em cada mês, o máximo de 15% (quinze por cento) do valor mensal do contrato ou de 1/12 do valor total;

9.1.12. A reincidência na aplicação do percentual máximo previsto no subitem anterior poderá ensejar a extinção unilateral deste contrato;

9.1.13. Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

VI – a não reincidência da infração;

VII – a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

VIII – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

9.1.14. A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente;

9.1.15. Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no subitem 9.1.13 deste Termo de Referência;

9.1.16. A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida ao Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris por meio de DAJ – Documento de Arrecadação Judiciária;

9.1.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a CONTRATADA deverá complementar a diferença, ou será cobrada judicialmente.

9.2. No processo Administrativo sancionatório, a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas neste Termo de Referência e no contrato e no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATANTE deverá observar as disposições da Instrução Normativa do TJ/TO nº 6, de 31 de janeiro de 2023.

10. FORMA DE PAGAMENTO

10.1. A empresa contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar nota fiscal correspondente à mão de obra e aos materiais efetivamente fornecidos.

10.2. Caberá à empresa contratada apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas neste Termo.

10.3. O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho e vinculado à conta corrente da empresa contratada.

- 10.4. O CONTRATANTE somente pagará à empresa contratada os materiais que forem efetivamente fornecidos.
- 10.5. Os pagamentos serão efetuados após análise da conformidade dos materiais fornecidos com o discriminado na respectiva nota fiscal e o atesto do gestor do contrato.
- 10.6. O atesto do fiscal do contrato na nota fiscal é condição indispensável para o pagamento:
- 10.7. Na ausência do (a) gestor (a) do contrato (férias, licença ou em viagem por interesse do CONTRATANTE), o atesto será dado pelo gestor substituto.
- 10.8. O CONTRATANTE reserva-se o direito de não atestar a nota fiscal para o pagamento, se os dados constantes da mesma estiverem em desacordo com os dados da empresa contratada ou, ainda, se materiais fornecidos não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas neste Termo de Referência, ficando o pagamento suspenso até a regularização.
- 10.9. O gestor deverá enviar o processo com a solicitação de pagamento à Diretoria Financeira em prazo hábil para a realização do tempestivo pagamento em conformidade com o estabelecido neste contrato:
- 10.10. Havendo duas ou mais solicitações de pagamento aptas a serem processadas e não sendo possível a efetivação da quitação na mesma data, a Diretoria Financeira deverá observar a ordem de preferência estabelecida no caput do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.11. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a este contrato, conforme art. 145 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.12. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos do protocolo de recebimento da nota fiscal (momento em que o credor está adimplente com a obrigação firmada perante o CONTRATANTE), sendo que, recaindo sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente:
- 10.13. O pagamento será realizado, no prazo previsto no item anterior, por meio de ordem bancária em conta corrente da empresa contratada, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido.
- 10.14. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a empresa contratada isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar, junto com a fatura, cópia do respectivo comprovante.
- 10.15. O pagamento somente será realizado mediante a comprovação das mesmas regularidades exigidas para a habilitação da empresa contratada.
- 10.16. Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 10.17. Fica a empresa contratada ciente de que, por ocasião do pagamento, será verificada sua situação quanto à regularidade fiscal exigida na habilitação, a qual deverá ser mantida durante toda a execução contratual.
- 10.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a empresa contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.
- 10.19. Ocorrendo atraso no pagamento e desde que a empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no item 10.10 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:
- EM = Encargos Moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso;
- I = Índice de compensação financeira = 0,[00016438](#), assim apurado:
- $I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$
- Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.
- 10.20. Nos pedidos de alteração da forma de pagamento, observar-se-á à disposição da Seção III do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.
- 10.21. Todos os atos inerentes ao presente contrato obedecerão às regras concernentes ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI do CONTRATANTE.

11. CONDIÇÕES DE REAJUSTE

- 11.1. O preço poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados do termo inicial previsto no item 11.2 deste Termo, observada a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou por outro indicador que venha substituí-lo.
- 11.2. O primeiro reajuste será devido após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, assim considerada a data de conclusão da apuração do valor estimado da contratação, independentemente da data da tabela ou sistema referencial de custos utilizado.
- 11.3. Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajustamento ocorrido. O arredondamento dos preços reajustados deste contrato se regerá da seguinte forma:
- 11.3.1. Para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais; e
- 11.3.2. Quando a casa decimal imediatamente posterior à definida no subitem 11.3.1 for igual ou superior a cinco, aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade. Já quando for inferior a cinco, permanecerá a mesma inalterada.
- 11.4. Os pedidos de reajuste contratual serão recebidos, instruídos e impulsionados pelo gestor do contrato, conforme Seção III do Anexo V da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.
- 11.5. Nos procedimentos de reajuste, deverão ser observadas as disposições da Seção VI, do Capítulo VIII, da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

12. GARANTIA CONTRATUAL

- 12.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

13. DAS ESPECIFICAÇÕES E METODOLOGIA

- 13.1. Os sistemas devem ser instalados e colocados em funcionamento seguindo rigorosamente o estabelecido pela Resolução Normativa 1.059/2023 da ANEEL.
- 13.1.2. Os sistemas serão instalados sobre telhados com telhas fibrocimento e/ou Metálica Termo acústica do tipo trapezoidal 50 mm.
- 13.1.3. O sistema fotovoltaico deverá ser composto por módulos idênticos, ou seja, com mesmas características elétricas, mecânicas e dimensionais.
- 13.1.4. Os módulos fotovoltaicos devem ser constituídos por células fotovoltaicas do mesmo tipo e modelo, feitos de silício mono ou policristalino e serão de 72 células ou superior.
- 13.1.5. Os módulos devem contar com certificação INMETRO.
- 13.1.6. Os módulos devem atingir a capacidade total de geração mês/Kwh, conforme mencionado na tabela do item 1.1.
- 13.1.7. Variação máxima de potência nominal em STC de 5%.
- 13.1.8. Deve ser entregue o flash test de todos os módulos a serem fornecidos e certificado do INMETRO, sendo que não serão admitidos aqueles cuja potência medida seja inferior à nominal.
- 13.1.9. Os módulos devem ter, no mínimo, três diodos de by-pass.
- 13.1.10. Os conectores devem ter proteção mínima IP67.
- 13.1.11. As caixas de junção devem ter proteção mínima IP65.
- 13.1.12. Com o inversor injetando normalmente na rede e em ausência de sombras, os módulos fotovoltaicos não devem exibir nenhum fenômeno de “ponto quente”.
- 13.1.13. Deve ser apresentado catálogo, folha de dados ou documentação específica para a comprovação das exigências acima.
- 13.1.14. Vida útil esperada mínima de 25 anos.
- 13.1.15. Nível máximo esperado de degradação da potência de 10% durante o período de garantia, 10 anos.

13.2. Inversores

13.2.1. Todos os inversores deverão ser do modelo microinversor, ser do tipo GRID-TIE, ou seja, projetados para operarem conectados à rede da concessionária local de energia elétrica na frequência de 60 Hz.

13.2.2. A relação entre a potência nominal do arranjo (strings) formado pelos módulos fotovoltaicos conectados ao inversor e a potência nominal de cada inversor, deve ser igual ou inferior a 1,2.

13.2.3. Os inversores não devem possuir elementos passíveis de substituição com baixa periodicidade, de forma a propiciar vida útil longa, sem a necessidade de manutenção frequente.

13.2.4. Devem ser capazes de operar normalmente à potência nominal, sem perdas, na faixa mínima de temperatura ambiente de 0°C a 60°C.

13.2.5. Os inversores não devem possuir transformador.

13.2.6. A distorção harmônica total de corrente (THDI) do inversor deve ser menor que 3%.

13.2.7. A tensão de saída do conjunto de inversores deve ser compatibilizada ao nível nominal de utilização da concessionária de energia local.

13.2.8. Os inversores devem atender a todos os requisitos e estarem configurados conforme normas IEC/EM 61000-6-1/61000-6-2/61000-6-3, IEC62109-1/2, IEC 62116, NBR 16149 e DIN VDE 0126-1-1.

13.2.9. Os inversores devem possuir certificação do INMETRO.

13.2.10. A regulação da tensão do inversor deve ser automática, em função da tensão e corrente da energia fornecida pela concessionária de Energia Local.

13.2.11. Os inversores devem incluir proteção contra o funcionamento em ilha, respeitando a resposta aos afundamentos de tensão.

13.2.12. Os inversores devem incluir proteção contra reversão de polaridade na entrada c.c., curto-circuito na saída c.a., sobretensão e surtos em ambos os circuitos, c.c. e c.a., proteção contra sobrecorrente na entrada e saída além de proteção contra sobretemperatura.

13.2.13. Os inversores devem ser conectados aos dispositivos de seccionamento adequados, visíveis e acessíveis para a proteção da rede e da equipe de manutenção.

13.2.14. O quadro de paralelismo dos inversores de cada sistema fotovoltaico disjuntores de proteção e barramentos associados, cabos de entrada e saída devem ser dimensionados e instalados em conformidade com a NBR 5410.

13.2.15. Os inversores devem ter grau de proteção mínimo IP 65.

13.2.16. Os inversores devem atender a todas as exigências da concessionária de energia local.

13.2.17. Os inversores devem possuir display digital para configuração e monitoramento dos dados. Os inversores devem permitir monitoramento remoto e monitoramento local (com e sem fio).

13.2.18. Deve ser apresentado catálogo, folha de dados ou documentação específica para a comprovação das exigências acima.

13.2.19. Garantia esperada de, ao menos, 10 (dez) anos.

13.3. Quadros de proteção e controle CC e CA (string boxes):

13.3.1. A associação em paralelo das séries deve ser feita em caixas de conexão, que incluem os seguintes elementos:

a) Todos os disjuntores das séries (quando houver necessidade);

b) disjuntores de seccionamento;

c) dispositivos de Proteção contra Surtos (DPS), entre ambos os polos do paralelo e entre eles e o sistema de aterramento, dimensionados conforme as características do sistema instalado e seguindo a Norma NBR IEC 61643-1.

13.3.2. Os disjuntores e dispositivos de proteção contra surtos devem estar em conformidade com a norma ABNT 5410 e da concessionária de energia.

13.3.3. As caixas de conexão devem ser pelo menos IP 65, em conformidade com as normas pertinentes e devem ser resistentes à radiação ultravioleta.

13.3.4. Dentro das caixas de conexão, os elementos devem ser dispostos de tal forma que os pólos positivo e negativo fiquem tão separados quanto possível, respeitando, minimamente, as distâncias requeridas pelas normas aplicáveis. Isso é para reduzir o risco de contatos diretos

13.3.5. Os condutores c.c. desde as caixas de conexão até a entrada dos inversores devem ser acondicionados em eletrocalhas ou eletrodutos, com caixas de passagem seguindo as normas brasileiras de instalações elétricas.

13.3.6. A queda de tensão nos condutores c.c., desde os módulos até a entrada dos inversores, deve ser inferior a 1% para a corrente de máxima potência do gerador em STC.

13.4. Estruturas de Suporte:

13.4.1. A estrutura de suporte deve seguir as seguintes especificações:

13.4.2. As estruturas de suporte devem estar projetadas para resistir aos esforços do vento de acordo com a NBR 6123/1988 e à ambientes de corrosão igual ou maiores que C3, em conformidade com a ISO 9223.

13.4.3. As estruturas de suporte devem ser feitas de aço galvanizado à fogo ou alumínio e devem atender ao requisito de duração de, no mínimo, 12 anos sem intervenção para manutenção. Os procedimentos de instalação devem preservar a proteção contra corrosão. Isto também é aplicável aos parafusos, porcas e elementos de fixação em geral.

13.4.4. Sempre que possível devem ser utilizados furos já existentes nas telhas, deve-se ainda aplicar materiais vedantes, a fim de eliminar quaisquer tipos de infiltração de água no interior da unidade.

13.4.5. Todos os módulos devem estar a uma altura suficiente da cobertura, de modo a permitir uma ventilação adequada, conforme recomendação do fabricante e ter separação de pelo menos 1 cm (espaçamento do trilho de alumínio) entre os módulos adjacentes.

13.4.6. Os painéis devem ser dispostos de tal maneira que permita o acesso à manutenção do telhado e demais equipamentos existentes na unidade.

13.5. Cabos fotovoltaicos (CC)

13.5.1. Os cabos elétricos, quando instalados ao tempo, devem apresentar as seguintes características:

a) devem ser resistentes a intempéries e à radiação UV;

b) devem apresentar a propriedade de não propagação de chama, de auto extinção do fogo e suportar temperaturas operativas de até **90°C**;

c) devem ser maleáveis, possibilitando fácil manuseio para instalação;

d) devem apresentar tensão de isolamento apropriada à tensão nominal de trabalho;

e) devem apresentar garantia mínima de 5 anos, vida útil de 25 anos e certificação TUV.

f) deverão ter bitola mínima de 6 mm².

e) a tensão de trabalho DC deverá ser de 1800V.

13.5.2. Deve ser apresentado catálogo, folha de dados ou documentação específica para a comprovação das exigências acima.

13.6. Aterramento e SPDA.

13.6.1. Todas as estruturas metálicas e equipamentos devem estar conectados ao sistema de aterramento, de forma a garantir a equipotencialidade.

13.6.2. Os módulos fotovoltaicos devem ter dispositivos de proteção contra surtos nas caixas de conexão, entre ambos os polos das conexões em paralelo dos strings e entre eles e o condutor de aterramento.

13.6.3. Toda a instalação deve ser realizada em conformidade com a norma NBR 5419, inclusive, eventuais adaptações necessárias.

13.7. Demais Serviços comuns de engenharia.

13.7.1. O serviço deve incluir, no mínimo, os seguintes trabalhos:

a) Instalação/preparação de caminhos e passarelas para acesso aos geradores fotovoltaicos, caixas de conexão, e equipamentos existentes que terão seu acesso prejudicado (condensadoras do sistema de climatização), etc.;

b) Construção e instalação dos apoios/suportes;

- c) Construção de dutos para as linhas do sistema;
 - d) Impermeabilização/vedação de todos os furos efetuados na estrutura de cobertura das edificações para a fixação dos suportes dos módulos fotovoltaicos.
- Obs.: Não será necessária a construção de passarela para instalar.

13.7.2. As estruturas dos sistemas não devem interferir no sistema de escoamento de águas pluviais das unidades e nem causar infiltrações no interior da edificação.

13.7.3. Deve ser avaliada a sobrecarga à estrutura da edificação devido às instalações citadas, de modo a não causar danos à edificação existente, seja estrutural ou de outra natureza.

13.7.4. Nas instalações e montagens deverão ser utilizados todos os EPI e EPC necessários e seguidas todas as normas de segurança aplicáveis, sobretudo as seguintes normas regulamentadoras: NR06; NR10; NR35.

13.7.5. Nenhum trabalhador da equipe poderá executar suas funções, sem estar portando e utilizando os EPI necessários.

13.7.6. Devem ser apresentados à Fiscalização, com no mínimo 2 dias úteis de antecedência das atividades, os certificados válidos dos cursos de NR 10 e de NR 35 para todos os trabalhadores que estiverem expostos aos riscos elétrico e de altura, respectivamente. As frentes de serviço somente podem realizar suas atividades, mediante a devida regularização e com a autorização por escrito da fiscalização.

13.8. Projeto Executivo

13.8.1. Para elaboração do projeto executivo o FORNECEDOR deve realizar análise prévia das instalações civis e elétricas, com elaboração de relatório técnico com indicação das eventuais adaptações necessárias, tendo em conta também o acesso aos elementos a instalar.

13.8.2. O projeto executivo deverá ser baseado no diagrama unifilar fornecido, bem como nas particularidades de cada edificação, levando-se em conta os locais disponíveis para instalação dos painéis, o quadro geral de entrada de energia, o trajeto do encaminhamento de cabos que será necessário para interligação do sistema com a rede de energia local

13.8.3. O projeto executivo deverá prever estudo quanto a distribuição de carga no telhado, detalhes e desenhos técnicos contendo todas as informações necessárias para a instalação dos painéis, das strings, dos inversores, da estrutura de suporte e demais componentes do sistema, com as respectivas ART.

13.8.4. O projeto executivo ainda deverá conter memorial de cálculo, memorial de quantitativos, memorial de especificações de todos os equipamentos e qualquer outro documento necessário (manuais, catálogos, guias, etc..) que contenham informações quanto ao armazenamento, estocagem e instalação do sistema.

13.8.5. Caso haja necessidade de reforço estrutural da cobertura, a responsabilidade de execução será do ÓRGÃO GERENCIADOR. Demais adequações serão de responsabilidade do FORNECEDOR.

13.9. Sistema de gerenciamento remoto.

- 13.9.1. O sistema de monitoramento web deverá coletar e monitorar todos os dados dos sistemas fotovoltaicos instalados;
- 13.9.2 Deverá enviar, pelo menos, as seguintes informações:
- a) A potência instantânea gerada pelo sistema fotovoltaico;
 - b) A energia gerada (diária, mensal, anual) em kWh;
 - c) A economia proporcionada pelo sistema com base no custo do kWh do local;
 - d) A quantidade de crédito de carbono acumulado pela geração;
 - e) A quantidade de árvores que deixaram de ser derrubadas em razão do uso de energia solar;
 - f) Mostrar no mapa o local onde o sistema está instalado.
 - g) Mostrar a tensão (V) em que o inversor está operando em sincronia com a REDE da Concessionária.

13.9.3 O sistema de monitoramento deverá ser capaz de fornecer os dados tanto de cada um dos sistemas como da totalidade (consolidação dos dados).

13.10. Treinamento

- 13.10.1. O objetivo do treinamento é capacitar os técnicos do ÓRGÃO GERENCIADOR para a operação, gerenciamento e monitoramento dos sistemas.
- 13.10.2. A duração do treinamento deverá ser de, no mínimo, 2 (duas) horas, caso necessário.
- 13.10.3. O programa do treinamento deverá ser aprovado previamente pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, e deverá estar coerente com os equipamentos instalados.
- 13.10.4. O treinamento deverá ser dividido em duas partes, sendo uma delas a ser realizada em PALMAS/TO, em local disponibilizado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, e a outra, de caráter totalmente prático, deverá ser feita no local de instalação do sistema instalado, indicado por este.

13.11. Comissionamento

- 13.11.1. O Comissionamento é o processo que assegura que os sistemas e componentes de uma edificação ou unidade industrial estejam projetados, instalados, testados, operados e mantidos de acordo com as necessidades e requisitos operacionais, após a conclusão dos trabalhos de instalação.
- 13.11.3. O FORNECEDOR deve preparar e submeter a metodologia que será adotada, além do manual de comissionamento em 2 vias, para todos os componentes, à aprovação do ÓRGÃO GERENCIADOR e promover a entrega conforme discriminado abaixo:
- 13.11.3.1. O Teste de Comissionamento ocorrerá apenas quando o Sistema Fotovoltaico esteja plenamente operacional, e com autorização dada pela CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA local, para ser conectada à rede local (Conexão de Acessantes ao Sistema de Distribuição – Conexão em Baixa e Média Tensão).
- 13.11.3.2. A **Vistoria de Ligação** e troca de medidor será solicitada pelo FORNECEDOR, através de registro com protocolo junto à Concessionária, físico ou digital, o qual deverá ser encaminhado à Fiscalização do TJ-TO.
- 13.11.3.3. Junto com o pedido de Teste de Comissionamento será entregue também à fiscalização, e na mesma data do referido pedido, o Manual de Comissionamento, caso exista.
- 13.11.3.4. Também junto com o pedido de Teste de Comissionamento será entregue toda documentação para a supervisão do Sistema Fotovoltaico.
- 13.11.3.5. A Fiscalização do TJ-TO receberá o pedido de Teste de Comissionamento, o Manual e os documentos citados no item 13.11.3.2, e emitirá um recibo de Pedido de Teste de Comissionamento.
- 13.11.3.6. A Fiscalização do TJ-TO terá até 5(cinco) dias corridos para aceitar, ou não, o Manual de Comissionamento.
- 13.11.3.7. A Fiscalização aceitando o Manual de Comissionamento emitirá um recibo de aceite do referido Manual.
- 13.11.3.8. No caso de não aceitar o Manual de Comissionamento, a Fiscalização do TJ-TO enviará um ofício ao FORNECEDOR solicitando as correções das pendências apontadas pela fiscalização quando da reprovação em até 5(cinco) dias úteis, contados da entrega de ofício ao preposto do FORNECEDOR. Caso haja outra reprovação este procedimento se repetirá observando os limites e penalidades impostas. Caso seja aceito o Manual de Comissionamento a fiscalização emitirá o Recibo de Aceite do Manual de Comissionamento.
- 13.11.4. Inspeção:
- 13.11.4.1. Verificação da conclusão da instalação mecânica de todos os componentes de acordo com o projeto “conforme construído”;
- 13.11.4.2. Verificação se o projeto do sistema DC está de acordo com os requisitos da IEC 60364-7-712 (Electrical installation soft buildings – Part 7-712: Requirements for special installation for locations – Solar photovoltaic (PV) power supply systems);
- 13.11.4.3. Verificação do funcionamento contínuo dos equipamentos DC, dentro da faixa de operação, para a máxima tensão CC e máxima corrente de curto DC possíveis (IEC 60364-7-712.433);
- 13.11.4.4. Verificação da instalação e operação adequadas dos dispositivos de segurança, que incluem proteção Classe II (IEC 60364-7-712.413,2), segurança dos cabos fotovoltaicos contra curto-circuito e curto à terra (IEC 60364-7-712.522,8,1), dispositivos de proteção contra sobrecorrente das strings (IEC 60364-7-712.433.2) e chave seccionadora CC (IEC 60364-7-712.2.2.5);
- 13.11.4.5. Verificação do sistema fotovoltaico contra choque elétrico e sobretensão (IEC 60364-7-712);
- 13.11.4.6. Verificação da programação de todos os parâmetros operacionais dos inversores de acordo com a legislação (regulação) local;
- 13.11.4.7. Verificação dos testes de comissionamento dos inversores mostrando funcionamento adequado dos inversores de acordo com o requisitado;
- 13.11.4.8. Verificação da instalação adequada de todo sistema de isolamento e dos dispositivos de chaveamento (IEC60364-7-2.536.2.21);
- 13.11.4.9. Verificação da instalação e funcionamento adequado de todos os equipamentos e sistemas de monitoração;
- 13.11.4.10 Rotulagem e identificação do sistema fotovoltaico;

13.11.4.11. Rotulagem de todos os circuitos, dispositivos de proteção, chaves e terminais;

13.11.4.12. Rotulagem de todas as caixas de conexão DC (se instaladas);

13.11.4.13. Rotulagem das principais chaves de isolamento CA;

13.11.4.14. Rotulagem na conexão BT/MT;

13.11.4.15. Diagrama unifilar;

13.11.4.16. Ajuste de proteção dos inversores e procedimentos de desligamento emergencial;

13.11.4.17. Todas as placas de sinalização e de identificação devem ser duráveis e devem estar afixadas;

13.11.5. Testes de Comissionamento:

13.11.5.1. O FORNECEDOR deve propor um plano de testes e inspeções adequado ao sistema projetado. O plano deve ser entregue juntamente com o projeto executivo e será aprovado após revisão do ÓRGÃO GERENCIADOR. Adicionalmente, outros testes que sejam solicitados pela distribuidora de energia local (ENERGISA) devem ser executados;

13.11.5.2. Os testes seguintes são considerados como requisitos mínimos de acordo com a IEC 62446 e com as melhores práticas no comissionamento de plantas fotovoltaicas. O teste inclui a configuração elétrica bem como testes de desempenho da planta;

13.11.5.3. As medições desses testes devem ser executadas pelo FORNECEDOR com os equipamentos e ferramentas necessários fornecidos pelo próprio FORNECEDOR;

13.11.5.4. Teste de configuração elétrica;

13.11.5.5. Teste de todos os circuitos CA de acordo com os requisitos da IEC 60364-6;

13.11.5.6. Teste de continuidade do sistema de aterramento;

13.11.5.7. Teste de polaridade;

13.11.5.8. Teste nas strings fotovoltaicas;

13.11.5.9. Teste da tensão de circuito aberto;

13.11.5.10. Teste da corrente de curto-circuito/ corrente nominal de operação;

13.11.5.11. Levantamento, em campo, da curva I-V por string;

13.11.5.12. Varredura infravermelha dos módulos (infraredscanning);

13.11.5.13. Teste de resistência do isolamento do arranjo fotovoltaico (Megger test);

13.11.5.14. Teste de Seletividade, objetivado ver a correta atuação dos relés de proteção, se houver;

13.11.5.15. Todos os testes mencionados acima são necessários para verificar a conexão adequada dos cabos e para a segurança no funcionamento da Usina Fotovoltaica. Tensão e corrente das strings fotovoltaicas e o levantamento da curva I-V precisam ser realizados com irradiação estável.

13.11.5.16. É recomendado para a execução desses testes em condições de irradiação estável que seja utilizado irradiância no plano do módulo maior que 500 W/m² para reduzir incertezas nos valores medidos. Os testes serão verificados pela comparação dos valores medidos com os valores estimados por cálculo, baseados na conversão dos parâmetros do módulo FV em condições STC para as condições medidas durante a realização dos testes.

13.11.5.17. Os requisitos mínimos para a verificação das medidas de tensão e corrente das strings fotovoltaicas devem estar de acordo com a IEC62446.

13.11.5.18. Os testes de isolamento do arranjo fotovoltaico são necessários para verificar se há suficiente isolamento contra choque elétricos no sistema fotovoltaico inteiro. Além disso, esse teste identifica se há fuga de corrente do arranjo fotovoltaico para o solo. A realização desses testes representa um risco de choque elétrico, sendo assim, é importante conhecer os procedimentos e adotar medidas de segurança antes da realização dos testes. O teste é considerado satisfatório se a isolamento medida atinge os requisitos definidos na IEC 62446.

13.11.5.19. Testes com o MONITORAMENTO WEB

13.11.5.19.1. O correto funcionamento do sistema de controle e aquisição de dados é um importante pré-requisito para a execução dos testes de desempenho e funcionamento do Sistema Fotovoltaico. A operação do Sistema de monitoramento web a ser instalado e configurado deve ser examinada através dos seguintes testes antes do início dos testes de desempenho:

13.11.5.19.1.1. Revisão da implantação do sistema e inspeção visual pelo operador responsável do ÓRGÃO GERENCIADOR, a fim de certificar que as instalações estão de acordo com as especificações técnicas;

13.11.5.20. Testes de rede:

13.11.5.20.1. Comprovação da conectividade de todos os componentes do sistema;

13.11.5.21. Teste ponto-a-ponto.

13.11.5.21.1. Teste funcional para comprovar a operação correta das seguintes funções-chaves:

13.11.5.21.1.1. Função de aquisição e supervisão de dados, mostrando as condições do sistema e a efetiva aquisição dos dados;

13.11.5.21.1.2. Detecção de falhas e ativação dos alarmes;

13.11.5.21.1.3. Execução dos comandos de controle.

13.11.5.22. Teste de desempenho.

13.11.5.23. Os testes serão executados pelo FORNECEDOR. Além do FORNECEDOR, estarão presentes durante os testes o ÓRGÃO GERENCIADOR.

13.11.5.24. O FORNECEDOR deverá enviar um protocolo de detalhamento dos testes de acordo com o contrato e com os padrões aplicáveis pelo menos 15 (quinze) dias antes da data de execução dos testes. Todos os participantes envolvidos devem estar de acordo com esse protocolo antes do início dos testes. Antes que os testes sejam executados, a Usina Fotovoltaica deve preencher todos os requisitos mencionados anteriormente (documentação mínima necessária e testes de pré-comissionamento).

13.11.5.25. Após a conclusão das medições das grandezas elétricas, todos os dados, cálculos e avaliação dos resultados devem ser enviados ao Fiscal do Contrato para avaliação qualitativa.

13.11.5.26. O objetivo dessas medições de grandezas elétricas é avaliar se o Sistema Fotovoltaico está produzindo a quantidade adequada de energia, conforme definida em projeto e pelo FORNECEDOR. Durante o processo de medição elétrica, a Usina Fotovoltaica deve estar 100% disponível tecnicamente e deve produzir energia durante todo o período das medições para avaliação. O período de medição elétrica para avaliação será de 30 (trinta) dias.

13.11.5.27. Os mesmos procedimentos, conforme descritos a seguir serão aplicados para as avaliações durante o período de garantia de desempenho, programadas para o final do primeiro e do segundo ano de funcionamento.

13.12. Avaliação de desempenho

13.12.1. Os ensaios de avaliação de desempenho devem ser realizados após a instalação, comissionamento e operacionalização do sistema fotovoltaico, obedecendo ao disposto na Norma NBR 16274/2014, em seu item 10.1. Avaliação de desempenho tipo 1.

13.12.2. O teste de desempenho será considerado bem-sucedido se a produção de energia medida AC no período de referência que o ÓRGÃO GERENCIADOR irá planejar junto com o FORNECEDOR for igual ou superior que a produção de energia garantida, corrigida pelas condições ambientais.

13.12.3. A produção de energia garantida (KWh) será corrigida pelas condições ambientais (apenas para irradiação).

13.12.4. Projeto AS-BUILT

13.12.4.1. Antes da realização do comissionamento o FORNECEDOR deverá entregar em meio digital/DWG e impresso o As-Built da instalação, o qual será conferido durante o processo, e, caso haja necessidade, adaptado para atender às exigências feitas no mesmo.

13.13. Atendimento dos serviços

13.13.1. Os prazos de atendimento da Garantia serão os seguintes:

13.13.1.1. Prazo máximo para início do atendimento no local da instalação: 5 dias úteis.

13.13.1.2. Prazos para conclusão do atendimento:

a) Caso a solução do problema implique na substituição de módulos fotovoltaicos, o prazo será de 15 dias úteis;

b) Caso a solução do problema implique no conserto ou substituição de inversores, o prazo será de 30 dias úteis;

- c) Caso a solução do problema implique na substituição de cabos expostos ao tempo, o prazo será de 15 dias úteis;
- d) Caso a solução do problema implique na substituição em algum dos demais componentes eletrônicos do sistema, o prazo será de 15 dias úteis;
- e) Caso a solução do problema esteja relacionada com a instalação do sistema e serviços de engenharia, o prazo será de 10 dias úteis.
- 13.13.2. Deverá ser fornecido pela CONTRATADA um número telefônico e um endereço eletrônico para abertura de chamados;
- 13.13.3. Após a abertura do chamado, deverá ser enviado um e-mail para o ÓRGÃO GERENCIADOR contendo o número do protocolo, o resumo da descrição, data e hora da abertura do chamado;
- 13.13.4. O FORNECEDOR, após a realização dos serviços de manutenção e suporte técnico, deverá apresentar um Relatório contendo: a identificação do chamado com número de protocolo único para cada ocorrência, data e hora de abertura e da conclusão do chamado, Status do atendimento, identificação do erro/defeito, técnico responsável, e outras informações pertinentes.
- 13.14. Da Administração do Serviço:
- 13.14.1. Os dias e horários que serão executados os serviços deverão ser previamente agendados com o ÓRGÃO GERENCIADOR, podendo ocorrer em horário de 8:00 às 18:00 horas, todos os dias, inclusive, sábados, domingos e feriados, mas somente se o cronograma houver sido aprovado previamente pela administração.
- 13.14.1.1. Conforme a necessidade, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá determinar a realização de serviços em horário específico, devendo o licitante considerar em sua proposta a realização dos serviços em finais de semana e feriados.
- 13.14.1.2. Em situações extraordinárias e havendo necessidade para tal, tais como ocorrência de audiências judiciais ou reuniões no horário de expediente do Fórum, poderá a fiscalização solicitar interrupção temporária dos trabalhos, o que deverá ser imediatamente acatado pela contratada.
- 13.14.2. Os serviços deverão ser acompanhados pelos seguintes profissionais:
- a) um Engenheiro Eletricista, ou Técnico em Eletrotécnico, ou Técnico Industrial com Habilitação em Eletrotécnica, legalmente habilitados, pelos seus respectivos Conselhos Regionais, sendo que este, será o Responsável Técnico pela execução dos serviços e deverá acompanhar os mesmos, estando presente, obrigatoriamente no dia inicial e da entrega da usina;
- b) um Mestre de Obras, Encarregado, Técnico em Eletrotécnica ou Técnico Industrial com Habilitação em Eletrotécnica ou Coordenador dos Serviços,que será o Responsável pela Coordenação das Atividades no local e deverá ficar tempo integral no mesmo.
- 13.14.2.1. Todos os profissionais elencados no subitem 13.14.2 deverão possuir vínculo profissional com o FORNECEDOR, a ser comprovado mediante apresentação, quando exigido, de documento que comprove vínculo de emprego, ou documento que comprove ser o profissional sócio da empresa, ou ainda, contrato civil de prestação de serviços.
- 13.14.2.2. O profissional referido na alínea “a” do subitem 13.14.2 deverá emitir ART de execução dos serviços, relativa ao seu respectivo Conselho Regional, antes do início das atividades.
- 13.14.2.3. A qualquer tempo, a fiscalização poderá exigir a troca de qualquer membro da administração.
- 13.14.2.3.1. No caso de necessidade de substituição do responsável técnico ao longo do contrato, deverá ser efetuada a baixa ou substituição da ART, conforme indicação do Conselho respectivo. O novo profissional deverá atender às exigências mínimas indicadas para habilitação conforme o Edital de Licitação, devendo ser submetido à Fiscalização seus atestados e respectivas Certidões de Acervo Técnico do CREA/ART.
- 13.14.2.4. A direção dos serviços deverá caber ao profissional referido na alínea “a” do subitem 13.14.2, que deverá comparecer às reuniões sempre que necessário, bem como acompanhar a Fiscalização durante as visitas ao local quando for solicitado pelo Fiscal deste TJ/TO. No caso de falta do Responsável Técnico à visita programada no local de execução dos serviços ou nas dependências do contratante, a contratada será advertida. No caso de reincidência, a fiscalização poderá solicitar a troca do profissional faltante e/ou a paralisação dos serviços.
- 13.14.3. Todas as ocorrências estranhas ao andamento dos trabalhos deverão ser comunicadas por e-mail, com cópia direcionada à dinfr@tjto.jus.br, tanto pela Contratada como pela Fiscalização, com a devida identificação do subscrevente.

14. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

- 14.1. Com o objetivo de garantir a efetiva aplicação de critérios e ações ambientais, bem como socioambientais, em conformidade com os requisitos de sustentabilidade ambiental estabelecidos pela Resolução nº 400/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), destacam-se os seguintes critérios:
- 14.1.2. ações de sustentabilidade: práticas institucionais que tenham como objetivo a promoção de comportamentos éticos e que contribuam para o desenvolvimento ambiental, social, cultural e econômico, melhorando, simultaneamente, o meio ambiente e a qualidade de vida do quadro de pessoal e auxiliar do Poder Judiciário, da comunidade local e da sociedade como um todo;
- 14.1.3. critérios de sustentabilidade: parâmetros utilizados para avaliação e comparação de bens, materiais ou serviços em função do seu impacto ambiental, social e econômico.
- 14.1.4. Serão observados em todas as contratações de bens e serviços critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos do art. 144 da Lei nº 14.133, de 2021 e artigos 7º e 8º da Instrução Normativa TJTO nº 4, de 2023 – Das Contratações Sustentáveis (Plano de Logística Sustentável - PLS).

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1. As disposições de todos os elementos do serviço serão as indicadas nos anexos deste Termo de Referência, salvo alterações que venham a ser necessárias, para satisfazer as exigências dos poderes públicos, mediante prévia e expressa determinação da Fiscalização deste Tribunal.
- 15.1.1. A contratada somente poderá usar material diverso daquele definido, depois de submetê-lo ao exame e aprovação da fiscalização deste Tribunal, a quem caberá impugnar seu emprego, quando em desacordo com as especificações exigidas.
- 15.1.2. Todos os materiais e/ou equipamentos incorporados aos serviços deverão ser novos e de qualidade compatível com o respectivo serviço, devendo satisfazer rigorosamente às especificações do Edital e de seus Anexos.
- 15.2. Sempre que ocorrer situação de desacordo com o escopo contratado a fiscalização solicitará pronunciamento da contratada, que deverá se manifestar por escrito e promover a correção da situação motivadora da desconformidade.
- 15.3. Qualquer modificação que altere projeto ou discriminação técnica durante a execução do contrato somente será admitida com autorização prévia e por escrito da fiscalização, sob pena de aplicação da sanção por descumprimento contratual. Nesta hipótese, a contratada poderá ser obrigada a providenciar, por sua conta, a demolição ou desfazimento dos serviços executados sem autorização.
- 15.4. Os serviços extras (acréscimos) que eventualmente sejam julgados necessários pela fiscalização, bem como as reduções ou modificações no objeto, serão formalizados mediante Termo Aditivo ao Contrato.

16. ANEXOS

- 16.1. Fazem parte deste Termo de Referência os seguintes anexos:
- 16.1.1. Anexo I - Croqui de Locação
- 16.1.2. Anexo II - Diagrama Unifilar Proposto
- 16.1.3. Anexo III - Modelo de Declaração de Vistoria
- 16.1.4. Anexo IV - Modelo de Dispensa de Vistoria
- 16.1.5. Anexo V - Modelo de Termo de Recebimento Provisório
- 16.1.6. Anexo VI - Modelo de Termo de Recebimento Definitivo
- 16.1.7. Anexo VII - Modelo de Declaração de Responsáveis Técnicos

Documento assinado eletronicamente por Edward Afonso Kneipp, Chefe de Divisão, em 01/06/2026, às 17:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº. ____/202__
PREGÃO ELETRÔNICO - Nº ____/202__
PROCESSO 26.0.000004553-4

CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS E A EMPRESA _____.

Pelo presente Instrumento e na melhor forma de direito, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, inscrito no CNPJ sob o nº 25.053.190/0001-36, com sede na Praça dos Girassóis, s/nº, Centro, Palmas/TO, neste ato representado por _____, brasileiro(a), casado(a), portador(a) do RG nº. _____ – SSP/____, inscrito(a) no CPF sob o nº. _____, residente e domiciliado(a) nesta Capital, doravante designado **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede _____, CEP _____, Telefone: _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, têm entre si, justo e avençado, o presente contrato, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, das Instruções Normativas do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, nº 5, de 31 de janeiro de 2023 e nº 6, de 31 de janeiro de 2023, bem como das demais normas legais aplicáveis e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

- 1.1. O presente Instrumento tem por objeto a **contratação de empresa especializada em serviços comuns de engenharia para aprovação de projeto, fornecimento e montagem de 06 (seis) sistemas geradores de energia fotovoltaica ON-GRID para os Prédios dos Fóruns das Comarcas de Arapoema, Goiatins, Natividade, Peixe, Ponte Alta e Xambioá, com potência instalada mínima de 32,76kwp, geração aproximada de 4.500kwh/mês, composto de 13 microinversores de 2.250W(mínimo) e 52 painéis solares de, no mínimo, 630W cada.**
- 1.2. Descrição do objeto.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Valor Total					

- 1.3. A contratação citada na subcláusula 1.1 obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às especificações técnicas, forma de execução/entrega e às disposições dos documentos adiante enumerados, constantes do Processo Administrativo 26.0.000004553-4, do CONTRATANTE, e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste, no que não o contrariarem. São eles:
- 1.3.1. O Edital do Pregão Eletrônico - nº ____/202__, do CONTRATANTE;
- 1.3.2. A proposta de preços apresentada pela CONTRATADA em ____ de _____, de 202__ e os demais documentos fornecidos no procedimento licitatório.
- 1.4. A contratação do objeto deste Contrato foi realizada por meio de procedimento licitatório, de acordo com o disposto no _____, sob a modalidade _____, conforme Edital e Processo Administrativo acima citados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO:

- 2.1. A empresa será convocada para assinatura deste instrumento contratual, devendo assiná-lo e restituí-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 2.1.1. O prazo mencionado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez e a critério do CONTRATANTE, por igual período, desde que diante de motivo justificado e arrazoadado por parte da CONTRATADA e a solicitação tenha ocorrido ainda dentro do prazo de assinatura.
- 2.2. A assinatura deste contrato será realizada por meio eletrônico, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, do CONTRATANTE.
- 2.3. A CONTRATADA deverá apresentar as certidões de regularidades fiscais atualizadas e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

- 3.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA ao CONTRATANTE estão disciplinados no Termo de Referência.
- 3.2. Caso haja solicitação por parte do CONTRATANTE ou CONTRATADA para modificação do regime de execução, deverão ser observadas as disposições da subseção IV da seção II do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO:

- 4.1. A CONTRATADA deverá prestar os serviços conforme discriminado em sua proposta e neste contrato.
- 4.2. A CONTRATADA deverá executar a prestação dos serviços no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar do recebimento da ordem de serviço:
- 4.2.1. A ordem de serviços deverá ser recebida pela CONTRATADA diretamente do gestor deste contrato, a qual indicará detalhadamente: local de prestação de serviços, prazo, especificações, quantidades, e todas as informações que se fizerem pertinentes.
- 4.3. Cronograma de execução:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO
1	Projeto executivo aprovado na concessionária de energia	30 dias
2	Fornecimento dos equipamentos e materiais	60 dias
3	Instalação	60 dias
4	Comissionamento e Ligação	30 dias
	Prazo total:	180 dias

- 4.3.1. Os prazos constantes na tabela acima são estimativas máximas, podendo ser alteradas, e as etapas subsequentes adiantadas assim que finalizada a etapa anterior em tempo menor que o previsto.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO:

- 5.1. Para o recebimento do objeto deste contrato deverão ser observadas pelo gestor e/ou fiscal as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e da Seção II, do Capítulo VIII, da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.
- 5.2. Efetivada a execução, o objeto deste contrato será recebido:
- 5.2.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico com as exigências contratuais;
- 5.2.1.1. A fiscalização poderá recusar o recebimento provisório dos serviços, caso haja inconformidades significativas quanto às especificações e qualidade dos materiais;
- 5.2.1.2. Caso no ato do Recebimento Provisório seja identificado alguma inconformidade, as mesmas serão relacionadas em documento anexo ao termo circunstanciado de recebimento provisório e deverão ser corrigidas no Prazo de 30 dias, ou seja, até o recebimento definitivo.
- 5.2.1.3. Após o recebimento provisório dos serviços e até seu recebimento definitivo, o FORNECEDOR deverá fornecer toda assistência técnica necessária à solução das imperfeições detectadas na vistoria final, bem como as surgidas nesse período, independentemente de sua responsabilidade civil.
- 5.2.2. Definitivamente, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 5.2.2.1. O recebimento definitivo dos serviços está condicionado também à verificação do atendimento aos seguintes aspectos:
- a) ressarcimento ao TJ/TO por prejuízos, vícios e danos provocados ao patrimônio do Contratante durante os serviços, como danos no telhado, paredes, forro e caixas de passagens;
 - b) pleno atendimento ao projeto, às normas e às especificações;
 - c) limpeza do local na entrega.
- 5.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com este contrato:
- 5.3.1. Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços considerados inadequados pelo gestor.
- 5.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pelos serviços prestados nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução deste instrumento contratual, nos limites estabelecidos pela lei ou por este contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA:

- 6.1 - Os prazos de garantia dos materiais, equipamentos e serviços serão contados da data de emissão do “Termo de Recebimento Definitivo” da instalação, sem prejuízo dos prazos preconizados no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor.
- 6.1.1 Painéis fotovoltaicos:
- a) Nível máximo admitido de degradação da potência será de 10% durante o período de garantia: 10 (dez) anos.
 - b) Do produto: garantia mínima 10 (dez) anos de fábrica.
- 6.1.2. Inversores: garantia mínima 10 (dez) anos de fábrica.
- 6.1.3. Cabos expostos ao tempo: garantia mínima de 5(cinco) anos.
- 6.1.4. Demais componentes eletroeletrônicos: garantia mínima de 3 (três) anos.
- 6.1.5. Instalação e serviços: garantia mínima de 1 (um) ano.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

- 7.1. Não haverá exigência da garantia de execução contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

- 8.1- Com o objetivo de garantir a efetiva aplicação de critérios e ações ambientais, bem como socioambientais, em conformidade com os requisitos de sustentabilidade ambiental estabelecidos pela Resolução nº 400/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), destacam-se os seguintes critérios:
- 8.2- ações de sustentabilidade: práticas institucionais que tenham como objetivo a promoção de comportamentos éticos e que contribuam para o desenvolvimento ambiental, social, cultural e econômico, melhorando, simultaneamente, o meio ambiente e a qualidade de vida do quadro de pessoal e auxiliar do Poder Judiciário, da comunidade local e da sociedade como um todo;
- 8.3- critérios de sustentabilidade: parâmetros utilizados para avaliação e comparação de bens, materiais ou serviços em função do seu impacto ambiental, social e econômico.
- 8.4- Serão observados os critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos do art. 144 da Lei nº 14.133, de 2021 e artigos 7º e 8º da Instrução Normativa TJTO nº 4, de 2023 – Das Contratações Sustentáveis (Plano de Logística Sustentável - PLS).

CLÁUSULA NONA – DO VALOR:

- 9.1. O valor _____ deste contrato é de **R\$_____** (_____), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à sua perfeita execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- 10.1. A despesa com a execução do objeto deste contrato correrá à conta da Dotação Orçamentária consignada:
- Unidade Gestora:** 060100- FUNJURIS
Classificação Orçamentária: 0601.02.061.1145.3067
Natureza de Despesa: 33.90.39
Fonte de Recursos: 1.760
- 10.2. As despesas inerentes à execução deste contrato serão liquidadas por meio da Nota de Empenho que será emitida à conta da dotação orçamentária especificada nesta Cláusula.
- 10.3. **A CONTRATADA emitirá Nota Fiscal em observância à unidade gestora emissora da nota de empenho que albergou a contratação:**
- 10.3.1. Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris.**
- CNPJ: 03.173.154/0001-73**
- Praça dos Girassóis, S/Nº, Centro**
- CEP 77.015-007**
- Palmas/TO**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO:

- 11.1. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar nota fiscal correspondente aos serviços efetivamente prestados e aos materiais fornecidos.
- 11.2. Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas na Cláusula Décima Oitava deste contrato.
- 11.3. O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho e vinculado à conta corrente da CONTRATADA.

- 11.4. O CONTRATANTE somente pagará à CONTRATADA os serviços que forem efetivamente prestados.
- 11.5. Os pagamentos serão efetuados após análise da conformidade dos serviços prestados com o discriminado na respectiva nota fiscal e o atesto do fiscal do contrato.
- 11.6. O atesto do fiscal do contrato na nota fiscal é condição indispensável para o pagamento:
- 11.6.1. Na ausência do (a) fiscal (a) do contrato (férias, licença ou em viagem por interesse do CONTRATANTE), o atesto será dado pelo fiscal substituto.
- 11.7. O CONTRATANTE reserva-se o direito de não atestar a nota fiscal para o pagamento, se os dados constantes da mesma estiverem em desacordo com os dados da CONTRATADA ou, ainda, se os serviços prestados não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas neste contrato e no Termo de Referência, ficando o pagamento suspenso até a regularização.
- 11.8. O gestor deverá enviar o processo com a solicitação de pagamento à Diretoria Financeira em prazo hábil para a realização do tempestivo pagamento em conformidade com o estabelecido neste contrato:
- 11.8.1. Havendo duas ou mais solicitações de pagamento aptas a serem processadas e não sendo possível a efetivação da quitação na mesma data, a Diretoria Financeira deverá observar a ordem de preferência estabelecida no *caput* do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.9. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a este contrato, conforme art. 145 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.10. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos do protocolo de recebimento da nota fiscal de serviços (momento em que o credor está adimplente com a obrigação firmada perante o CONTRATANTE), sendo que, recaindo sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente:
- 11.10.1. O pagamento será realizado, no prazo previsto no item anterior, por meio de ordem bancária em conta corrente da CONTRATADA - Banco _____, Agência nº _____, Conta Corrente nº _____, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido.
- 11.11. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a CONTRATADA isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar, junto com a fatura, cópia do respectivo comprovante.
- 11.12. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência sem que o atraso decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 11.13. Fica a CONTRATADA ciente de que, por ocasião do pagamento, será verificada a sua situação quanto à regularidade fiscal exigida na habilitação, a qual deverá ser mantida durante toda a execução contratual.
- 11.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.
- 11.15. Ocorrendo atraso no pagamento e desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no item 11.10 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:
- EM = Encargos Moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso;
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
- $I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$
- Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.
- 11.16. Nos pedidos de alteração da forma de pagamento, observar-se-á à disposição da Seção III do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.
- 11.17. Todos os atos inerentes ao presente contrato obedecerão às regras concernentes ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE:

- 12.1. O preço poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, observada a variação do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ou por outro indicador que venha substituí-lo.
- 12.2. O primeiro reajuste será devido após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, assim considerada a data de conclusão da apuração do valor estimado da contratação, independentemente da data da tabela ou sistema referencial de custos utilizado.
- 12.3. Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajustamento ocorrido. O arredondamento dos preços reajustados deste contrato se regerá da seguinte forma:
- 12.3.1. Para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais; e
- 12.3.2. Quando a casa decimal imediatamente posterior à definida no subitem 12.3.1 for igual ou superior a cinco, aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade. Já quando for inferior a cinco, permanecerá a mesma inalterada.
- 12.4. Os pedidos de reajuste contratual serão recebidos, instruídos e impulsionados pelo gestor deste contrato conforme Seção III do Anexo V da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.
- 12.5. Nos procedimentos de reajuste deverão ser observadas as disposições da Seção VI, do Capítulo VIII, da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

- 13.1. Cabe a revisão, a qualquer tempo, do contrato cujo equilíbrio econômico-financeiro for afetado pela superveniência de fato imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, que o torne mais oneroso para uma das partes:
- 13.1.1. Para os fins previstos no item 13.1, constituem fato imprevisível, o fato do Príncipe, o fato da Administração, o caso fortuito e a força maior.
- 13.1.2. Para efeito de revisão, compreende-se, também, como fato da Administração, a alteração de cláusula regulamentar do contrato que importe aumento dos encargos da CONTRATADA.
- 13.2. A instrução do processo para revisão, reequilíbrio econômico-financeiro, dar-se-á nos termos do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.
- 13.3. O CONTRATANTE responderá à solicitação da CONTRATADA de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo de 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação do prazo, caso necessário, para o adequado deslinde da matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

- 14.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato, conforme estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 14.2. Compete ao gestor e/ou ao fiscal deste contrato, conforme Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, justificar e propor o acréscimo ou diminuição do quantitativo do objeto desta contratação, observados os limites definidos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021:
- 14.2.1. Em se tratando de alteração a ser realizada por mútuo consentimento, é indispensável que o gestor inclua no processo o documento de aceite da CONTRATADA.
- 14.3. Nenhum acréscimo poderá exceder os limites estabelecidos no item 14.1. Isso não se aplica às supressões, as quais poderão exceder os limites legais quando acordadas entre as Partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

15.1. Eventuais alterações contratuais se regerão pela disciplina do Capítulo VII, do Título III, da Lei nº 14.133/2021 e do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

16.1. A CONTRATADA obriga-se a:

16.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste contrato;

16.1.2. Manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

16.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução deste contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

16.1.4. Apresentar cópias das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

16.1.5. Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;

16.1.6. Manter, durante a realização de serviços nas dependências do CONTRATANTE, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;

16.1.7. Manter preposto aceito pelo CONTRATANTE para este contrato, que irá representá-la sempre que for necessário;

16.1.8. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, conforme inciso II do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021;

16.1.9. Reparar quaisquer danos diretamente causados ao CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pelo CONTRATANTE;

16.1.10. O FORNECEDOR deve conduzir testes preliminares e funcionais com o objetivo de averiguar o funcionamento da Usina Fotovoltaica e sua conformidade com as especificações. Esses testes devem demonstrar:

- a) A finalização dos serviços mecânicos e elétricos;
- b) Montagens e instalações realizadas corretamente;
- c) Segurança e confiabilidade nas condições operacionais;
- d) Funcionamento adequado do sistema e dos componentes sob condições operacionais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

17.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

17.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas aplicáveis direta e indiretamente a esta contratação;

17.1.2. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021;

17.1.3. Proporcionar condições para a execução do serviço objeto deste contrato;

17.1.4. Assegurar os recursos necessários para custear as despesas deste contrato, por meio da emissão de empenho, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica;

17.1.5. Designar gestor e/ou fiscal para acompanhar a execução deste contrato;

17.1.6. Rejeitar os serviços que não atendam especificações e aos requisitos mínimos constantes deste contrato;

17.1.7. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

17.1.8. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

17.1.9. Zelar para que, durante a vigência deste contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

18.1. A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste contrato e no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar; e

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.1.1. A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial deste contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave;

18.1.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Tocantins por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

I - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - der causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

18.1.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses no subitem 18.1.1. que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou ainda quando a CONTRATADA:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.1.4. Em conjunto com as sanções dos subitens 18.1.1, 18.1.2 ou 18.1.3 a autoridade competente poderá:

I - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e

II – determinar a extinção unilateral do contrato.

18.1.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

I - 1% (um por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

II - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

III - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

18.1.6. O CONTRATANTE avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a CONTRATADA às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração;

18.1.7. A aplicação de multa de mora não impedirá que o CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste contrato:

I - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento deste contrato.

18.1.8. A não apresentação da documentação prevista no item 11.2, da Cláusula Décima Primeira deste contrato, ou a constatação de qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitarão a CONTRATADA à pena de advertência e à sua notificação para sanear o vício ou irregularidade;

I – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos incisos I e II do subitem 18.1.4.

18.1.9. O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos parágrafos anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total deste contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do CONTRATANTE, observando-se os critérios constantes do subitem 18.1.11 e sem prejuízo das demais sanções;

18.1.10. Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos subitens 18.1.5 e 18.1.9, a critério do CONTRATANTE, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções;

18.1.11. Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

VI – a não reincidência da infração;

VII – a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

VIII – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

18.1.12. A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente;

18.1.13. Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no subitem 18.1.11;

18.1.14. A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida ao Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris por meio de DAJ – Documento de Arrecadação Judiciária;

18.1.15. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a CONTRATADA deverá complementar a diferença, ou será cobrada judicialmente.

18.2. No processo Administrativo sancionatório, a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas neste contrato e no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATANTE deverá observar as disposições da Instrução Normativa do TJ/TO nº 6, de 31 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO:

19.1. O presente Instrumento poderá ser extinto:

a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a IX do art. 137 da Lei nº 14.133/21, desde que o descumprimento contratual não tenha sido decorrente de sua própria conduta;

b) Consensualmente, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c) Por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

19.2. No caso de extinção amigável, a parte que pretender rescindir o contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

19.3. Tanto a extinção determinada por ato unilateral da Administração como a consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo procedimento administrativo:

19.3.1. Os casos de extinção contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

19.4. Quando a extinção se der por ato unilateral, além das sanções cabíveis previstas na Lei nº 14.133/2021, poderá ocorrer:

I - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE e das multas aplicadas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA VINCULAÇÃO:

20.1. O presente contrato fica vinculado aos autos _____ e _____.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO E CASOS OMISSOS:

21.1. O presente Instrumento, inclusive quanto aos casos omissos, regula-se pela Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD; pela Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

21.2. Os casos omissos pertinentes à LGPD deverão ser submetidos ao Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais, o qual apresentará proposta de solução à Presidência deste Tribunal de Justiça.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

22.1. Este contrato terá início a partir da data de sua assinatura e vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

22.2. A divulgação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP é condição indispensável para a sua eficácia, conforme art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES:

23.1. É vedado à CONTRATADA:

23.1.1. Veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do CONTRATANTE;

23.1.2. Ceder os créditos ou sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros;

23.1.3. Caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira;

23.1.4. Subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto deste contrato, salvo com anuência do CONTRATANTE e apenas nas hipóteses autorizadas pela Lei nº 14.133/2021;

23.1.5. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO:

24.1. A publicação resumida deste contrato no Diário da Justiça Eletrônico – DJE será providenciada pelo CONTRATANTE.

24.2. O CONTRATANTE também promoverá a publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, condição indispensável para sua eficácia, conforme o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

25.1. O gerenciamento e a fiscalização da contratação decorrente deste contrato caberão respectivamente aos servidores do CONTRATANTE, que determinarão o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

25.2. Além das disposições da Lei nº 14.133/2021, o gestor e/ou fiscal deverão observar o Anexo V e VI da Instrução Normativa nº 4, de 31 de janeiro de 2023 do TJTO na gestão e fiscalização deste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS:

26.1. O CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a realizar o tratamento dos dados pessoais de acordo com todas as bases legais e regulamentares de proteção de dados aplicáveis, sobretudo em observância aos direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural no que concerne ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

I - por dados pessoais entendam-se todas as informações relacionadas à pessoa física identificada ou identificável;

II - por tratamento, recorra-se ao Art. 5º, X, da LGPD, que assim define como sendo qualquer operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

26.2. O tratamento de dados pessoais pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA se dará conforme as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, da Portaria nº 1864, de 30 de julho de 2021, que institui a Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, bem como conforme as orientações e regulamentações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD e de outros diplomas legais aplicáveis.

26.3. A finalidade do tratamento de dados:

I - a finalidade do tratamento dos dados pessoais deve estar em conformidade com o objeto do contrato e legalmente respaldada, respeitando-se as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados e da Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, os princípios da Administração Pública e os demais diplomas legais e regulamentares aplicáveis, em especial a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

26.4. No caso de necessidade de obtenção do consentimento do titular dos dados pessoais para que se dê o tratamento pela CONTRATADA, este se dará apenas após aprovação do CONTRATANTE, o qual poderá ficar responsável pela obtenção do consentimento perante o titular dos dados.

26.5. Responsabilizam-se as partes pela gestão dos dados pessoais necessários à realização das finalidades especificadas no item 26.3, vedado o seu compartilhamento ou utilização para outra finalidade aqui não contemplada.

26.6. Os sistemas ou qualquer outro meio que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais em razão deste contrato celebrado entre CONTRATANTE e CONTRATADA, devem estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas, a fim de garantir efetiva proteção a estes.

26.7. As medidas de segurança adotadas pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA, a fim de proteger os dados pessoais objeto de tratamento, devem ser adequadas para evitar a sua destruição, perda, alteração, divulgação, acesso não autorizado ou demais incidentes de segurança.

26.8. Os dados pessoais aos quais as partes do contrato tiverem acesso serão tratados em seus respectivos ambientes.

26.9. É vedado o compartilhamento dos dados pessoais objeto de tratamento em razão deste contrato, ressalvadas as hipóteses legais ou expressamente previstas no próprio contrato.

26.10. Responderão rápida e adequadamente CONTRATANTE e CONTRATADA às solicitações de informação da contraparte relacionadas ao tratamento dos dados pessoais.

26.11. Em caso de incidente envolvendo dados pessoais, tais como perda, alteração, acesso não autorizado, destruição, entre outros, CONTRATANTE e CONTRATADA informarão ao gestor do contrato e ao preposto ou representante da CONTRATADA imediatamente a ocorrência do incidente.

26.12. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, CONTRATANTE e CONTRATADA interromperão o tratamento imediatamente, salvo expressa disposição em contrário, e, em no máximo 30 (trinta) dias, eliminarão completamente tais dados armazenados ou os entregarão ao CONTRATANTE, conforme o caso, ressalvada a necessidade de mantê-los para cumprimento de obrigação legal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DO CONSENTIMENTO:

27.1. Nas hipóteses em que o consentimento do titular dos dados pessoais seja necessário para o tratamento, observar-se-á o disposto no item 26.4.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO E À DISCRIMINAÇÃO:

28.1. O(A) CONTRATADO(A) declara estar ciente e comprometido(a) a cumprir integralmente a política de prevenção e combate ao assédio, à discriminação e a qualquer forma de conduta ilícita ou abusiva, conforme estabelecido na Resolução CNJ nº 351/2020, de 28 de outubro de 2020.

28.2. O(A) CONTRATADO(A) compromete-se a adotar práticas de conduta ética, respeitosa e inclusiva no ambiente de trabalho, promovendo um ambiente livre de assédio moral, sexual e de qualquer outra natureza discriminatória.

28.3. Caso haja denúncia ou suspeita de conduta que viole os princípios elencados no art. 3º da Resolução CNJ nº 351/2020, o(a) CONTRATADO(A) deverá comunicar imediatamente o CONTRATANTE, colaborando com as investigações e adotando as providências necessárias para a resolução da situação, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis, visando assegurar o compromisso de ambas as partes com um ambiente de trabalho ético, respeitoso e livre de qualquer forma de discriminação ou assédio, em conformidade com a legislação vigente e as diretrizes do CNJ.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

29.1. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

29.2. Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

29.3. Os pleitos, reclamações e esclarecimentos formulados pela CONTRATADA deverão ser instruídos pelo CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias e decididos pela autoridade competente no prazo de até 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação de ambos os prazos caso necessário para o adequado deslinde da matéria:

29.3.1. É dispensada a instrução dos pleitos, reclamações e esclarecimentos indicados no item anterior quando não preenchidos os pressupostos de admissibilidade do pedido previstos no art. 123 da Lei nº 14.133/2021, em análise escrita por parte do gestor deste contrato.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DO FORO:

30.1. Para dirimir todas as questões oriundas da execução do presente contrato fica eleito o Foro de Palmas - TO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustados e contratados, firmam este contrato, para que surta seus efeitos legais, por meio de assinatura eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informação - SEI.

(Assinatura por meio eletrônico – SEI/TJTO)

ANEXO
MINUTA - PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DE GESTOR DO CONTRATO

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e na Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhar e monitorar a execução de contratos celebrados entre o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e fornecedores de bens e/ou serviços;

CONSIDERANDO, ainda, o contrato nº ____/202__, referente ao Processo Administrativo nº _____, celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e a empresa _____, que tem por objeto a contratação da prestação de serviços de _____ para atender as necessidades do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) _____ - matrícula _____, como gestor(a) do contrato nº ____/202__, e o(a) servidor(a) _____ - matrícula _____, como seu substituto(a), para, conhecerem as obrigações mútuas previstas no instrumento de contratual, acompanhar e fiscalizar até a sua completa execução.

Parágrafo único – Verificada a ocorrência de falta ou defeito na execução do contrato, o gestor notificará a contratada para regularização do apontamento, caso em que, não sendo atendido ou justificado, no prazo estabelecido, deverá informar à autoridade competente sobre o ocorrido em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

ANEXO III

INSTRUÇÃO NORMATIVA TJ/TO Nº 6, DE 31 DE JANEIRO DE 2023

Dispõe sobre o processo administrativo sancionatório e a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o §1º do art. 12 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

CONSIDERANDO a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro);

CONSIDERANDO, diante da ausência de lei estadual específica, a pertinência de aplicação da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

RESOLVE:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece regramentos para a instauração e instrução dos processos administrativos sancionatórios e para a definição da dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Art. 2º No âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, compete ao Presidente a aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO I
DAS PENALIDADES

Art. 3º As sanções previstas no caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas neste Capítulo, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou no contrato, quando a licitante ou a contratada:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato: Penalidade de advertência;

II - dar causa à inexecução parcial ou total do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

III - dar causa à inexecução total do contrato: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 30 (trinta) dias;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 120 (cento e vinte) dias;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 60 (sessenta) dias;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame, prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato ou comportar-se de modo inidôneo: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 48 (quarenta e oito) meses;

X - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 48 (quarenta e oito) meses;

XI - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 60 (sessenta) meses.

§ 1º Considera-se a conduta do inciso II do caput como sendo o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pela contratada.

§ 2º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso IV do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;

II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;

III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;

IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

§ 3º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso V do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

I - deixar de atender a convocações do Agente de contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

II - deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo Agente de contratação;

III - abandonar o certame;

IV - solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

§ 4º Considera-se a conduta do inciso VII do caput como sendo o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

§ 5º Considera-se a conduta do inciso IX do caput como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do caput deste artigo.

§ 6º Considera-se a conduta do inciso X do caput como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação ou da execução contratual.

CAPÍTULO II

DOS CRITÉRIOS DE DOSIMETRIA DAS PENALIDADES

Art. 4º As penas previstas nos incisos do caput do art. 3º desta Instrução Normativa serão agravadas em 50% (cinquenta por cento) de sua pena-base, para cada agravante, até os limites máximos estabelecidos nos §§ 4º e 5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência das seguintes situações:

I - quando restar comprovado o registro de 3 (três) ou mais sanções aplicadas à licitante ou à contratada por parte de órgão ou entidade da Administração Pública Estadual em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

II - quando restar comprovado que a licitante tenha sido desclassificada ou inabilitada por não atender às condições do edital, sendo de notória identificação a impossibilidade de atendimento ao estabelecido no ato convocatório;

III - quando a licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

IV - quando firmada a convicção, no âmbito administrativo, que a licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiária do tratamento diferenciado concedido em legislação específica; ou

V - quando a conduta acarretar prejuízo material grave ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Parágrafo único. As penalidades de multa previstas no instrumento convocatório, para fins de aplicação do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, também serão majoradas na forma prevista neste artigo.

Art. 5º As penas previstas nos incisos II a VII do caput do art. 3º desta Instrução Normativa serão reduzidas pela metade, observados os limites mínimos estabelecidos nos §§ 4º e 5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, ou convertidas em sanções menos gravosas e desde que não tenha incidido qualquer agravante do art. 4º desta Instrução Normativa, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

I - quando restar comprovada a ausência de registro de sanção aplicada à licitante ou à contratada por parte da Administração Pública em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

II - quando a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha de menor repercussão da licitante ou da contratada;

III - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído e que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovada;

IV - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo.

Parágrafo único. As penalidades de multa previstas no instrumento convocatório e/ou contratual, para fins de aplicação do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, também serão minoradas na forma prevista neste artigo.

Art. 6º A penalidade prevista no inciso IV do caput do art. 3º desta Instrução Normativa será afastada quando ocorrer a entrega da documentação fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízo ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e sejam observados, cumulativamente:

I - a ausência de dolo na conduta;

II - que o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior a sua quarta parte;

III - não tenha ocorrido nenhuma solicitação de prorrogação dos prazos;

IV - que não tenha sido registrada sanção aplicada à licitante por parte da Administração Pública em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

CAPÍTULO III

DA INSTAURAÇÃO E INSTRUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONATÓRIO

Art. 7º Para a aplicação de qualquer penalidade contratual é imprescindível a prévia instauração do devido processo administrativo sancionatório, assegurando-se o contraditório e ampla defesa.

Parágrafo único. Na instrução dos processos administrativos sancionatórios deverão ser observadas as formalidades e os prazos previstos nesta Instrução Normativa, nos regulamentos internos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, na Lei nº 14.133, de 2021 e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei Federal nº 9.784, de 1999.

Art. 8º É dever de todo servidor do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em especial os agentes de contratação, gestores e fiscais de contrato, comunicar à Diretoria-Geral acerca da ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possam se amoldar aos tipos infracionais previstos no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo único. Além do dever de comunicação de que trata o caput deste artigo, os agentes de contratação, gestores e fiscais de contrato deverão, caso seja necessário, prestar auxílio e esclarecimentos necessários à instrução do processo administrativo e ao cálculo das multas pecuniárias.

Art. 9º A partir da comunicação de que trata o caput do art. 8º desta Instrução Normativa, cumpre à Diretoria-Geral realizar a instauração e instrução formal do processo administrativo sancionatório, compreendendo:

- I - a realização das notificações formais às licitantes e/ou contratadas;
- II - o controle dos prazos;
- III - o recebimento e análise das respostas, manifestações e alegações dos investigados;
- IV - a apreciação do pedido de produção de provas;
- V - a produção de relatório final conclusivo apto a ensejar a deliberação da autoridade competente para a aplicação da sanção.

Parágrafo único. Caso a conduta que motivou a instauração do processo administrativo sancionatório possa ensejar a aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, o processo administrativo sancionatório deverá ser conduzido por 2 (dois) servidores efetivos, devendo ser observadas as formalidades, os procedimentos e os prazos previstos no art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 10. Concluída a instrução do processo administrativo sancionatório, os autos serão submetidos ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins para deliberação, observados os critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa.

Art. 11. Após esauridos os recursos administrativos cabíveis, a Diretoria Administrativa deverá adotar as providências necessárias ao registro das sanções aplicadas nos cadastros informados no art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 12. A licitante e/ou contratada sancionada poderá solicitar a sua reabilitação à Diretoria-Geral desde que presentes e devidamente comprovados os requisitos previstos no art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO IV

DA CONSENSUALIDADE EM MATÉRIA SANCIONATÓRIA

Art. 13. No processo administrativo sancionatório instaurado para apuração de condutas praticadas durante a execução contratual e que possa ensejar a aplicação das sanções previstas nos incisos II e III do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, poderá ser celebrado com a contratada compromisso de ajuste de conduta nos termos do art. 26 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, desde que observados os seguintes requisitos:

- I - presença dos pressupostos previstos no próprio instrumento contratual;
- II - que o acordo se apresente como a medida mais eficaz para o atendimento do interesse público e para a continuidade da prestação do serviço;
- III - seja previsto no acordo que o afastamento da sanção dar-se-á em caráter condicional ao cumprimento integral das condições estabelecidas;
- IV - haja prévia manifestação da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral antes da celebração do acordo.

Parágrafo único. Compete ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins autorizar a celebração do compromisso de que trata o caput deste artigo.

TÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14. O teor desta Instrução Normativa deverá constar como anexo:

- I - dos instrumentos convocatórios das licitações promovidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- II - dos instrumentos contratuais decorrentes de processos de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário, observada a ultratividade das normas revogadas nos termos do parágrafo único do art. 16 desta Instrução Normativa.

Art. 16. Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir do dia 15 de fevereiro de 2023.

Parágrafo único. Permanecem regidos pelos atos normativos revogados em observância ao art. 15 desta Instrução Normativa, os processos administrativos sancionatórios instaurados a partir de condutas praticadas em certames e em contratações regidos pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Desembargador JOÃO RIGO GUIMARÃES
Presidente

ANEXO IV

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 220/2026
PRESIDÊNCIA/DIGER/DINFR/DIVENG

I. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Unidade Técnica: Diretoria de Infraestrutura e Obras	Data: 05/03/2026
Responsável pela Elaboração: Leonardo Marcus de Santana	Matrícula: 366618
Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para aprovação de projeto, fornecimento e montagem de 06 (seis) sistemas geradores de energia fotovoltaica ON-GRID para os Prédios dos Fóruns das Comarcas de Arapoema, Goiatins, Natividade, Peixe, Ponte Alta e Xambioá, com potência instalada mínima de 32,76kwp, geração aproximada de 4.500kwh/mês, composto de 13 microinversores de 2.250W(mínimo) e 52 painéis solares de, no mínimo, 630W cada.	Telefone: (63) 3142-2712

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Poder Judiciário do Estado do Tocantins necessita se adequar as orientações da Resolução nº 400/2021 do CNJ, bem como políticas internas socioambientais do TJTO, visto que a demanda energética das edificações dos fóruns das comarcas do Poder Judiciário do Tocantins é vultosa.

2.2. Atualmente, o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins tem o dispêndio médio anual de aproximadamente R\$40.000,00 (quarenta mil reais) em consumo de energia hidroelétrica - média dos últimos 12 meses – com cada prédio dos fóruns das comarcas de Arapoema, Goiatins, Natividade, Peixe, Ponte Alta e Xambioá. Gastos estes que não atendem com plenitude o planejamento estratégico do TJTO, as diretrizes fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça e os impactos ambientais.

2.3. No ponto de vista financeiro, a aquisição de energia fotovoltaica ON-GRID é reconhecido como um investimento com retorno financeiro inferior a 5 anos, e no cunho ambiental é considerada uma fonte de energia sustentável e meta global considerando os efeitos extremamente nocivos que os combustíveis fósseis acarretam no planeta. Assim, investir em energia solar no Brasil significa diminuir a necessidade de utilização de energia térmica, conforme recomenda a Resolução Normativa nº 482/2012, revisada pela Resolução Normativa nº 687/2015 da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, o qual criou o Sistema de Compensação de Energia Elétrica no Brasil.

2.4. Na aquisição de Usinas Microgeradoras fotovoltaicas ON-GRID a serem instaladas em prédios próprios do Poder Judiciário do Tocantins, em que a energia gerada for superior à quantidade de energia consumida, serão gerados créditos que poderão ser compensados pelo prazo de até 60 meses no imóvel da unidade geradora. Outrora podendo também compensar o excedente nas faturas de outras edificações do TJ/TO. Ou seja, caso o consumidor possua mais de um imóvel em seu CPF/CNPJ, ele poderá utilizar os créditos excedentes para compensar em outra unidade consumidora. Essa modalidade de compensação é denominada “autoconsumo remoto”.

2.5. Assim, imprescindível se faz a Contratação de empresa especializada de serviços comum de engenharia para montagem de equipamento gerador de energia fotovoltaica ON-GRID, visando a atender necessidade do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, em conformidade com o interesse público e à economicidade para a Administração, em especial aos programas de sustentabilidade constantes nas resoluções do Conselho Nacional de Justiça.

3. UNIDADE DEMANDANTE

Unidade Demandante:	DIVENG	Data: 05/03/2026
Responsável pela Formalização:	Leonardo Marcus de Santana	Matrícula nº 366618

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 REQUISITOS DE QUALIDADE

4.1.1. Segue o rol dos requisitos indispensáveis, dentre outros especificados, para Contratação de empresa especializada em serviços comum de engenharia para aprovação de projeto, fornecimento e montagem de 06 (seis) sistemas geradores de energia fotovoltaica ON-GRID para os Prédios dos Fóruns das Comarcas de Arapoema, Goiatins, Natividade, Peixe, Ponte Alta e Xambioá, com potência instalada mínima de 32,76kwp, geração aproximada de 4.500kwh/mês, composto de 13 microinversores de 2.250W(mínimo) e 52 painéis solares de, no mínimo, 630W cada..

a) Os padrões mínimos de **QUALIDADE** e os requisitos mínimos dos **EQUIPAMENTOS**, de **MATERIAIS** e **SERVIÇOS** são determinados pelas normas da concessionária bem como a lista de materiais e equipamentos que são homologados pela mesma.

b) Definição dos serviços a serem executados, dos materiais a serem aplicados e/ou substituídos, de acordo com as determinações dos projetos, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas, a serem atendidos pela CONTRATADA;

c) Definição da metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes;

d) Definição do orçamento e do prazo de execução dos serviços, com detalhamento de marcos intermediário e final das etapas, definidos no termo de referência e seus anexos;

e) Definição de cláusulas e condições para a execução dos serviços que possibilitem à contratada efetivar o planejamento para a execução dos serviços em conformidade com a logística e infraestrutura existentes no mercado, e, dessa forma, possibilitar a obtenção de preços mais competitivos para a contratação.

f) A contratada deverá empregar mão de obra **qualificada** e materiais de **qualidade**;

g) A contratada deverá prover aos funcionários Equipamentos de Proteção Individual - EPI’s, necessários à execução dos serviços, bem como fiscalizar o seu uso, assumindo a responsabilidade pela execução dos serviços de acordo com as normas de segurança do trabalho, obedecendo ao disposto nas Normas Regulamentadoras NR-6 – Equipamento de Proteções Individuais – EPI e NR-1 – Disposições Gerais, conforme quadro exemplificativo, relacionado a seguir:

PROTEÇÃO	EQUIPAMENTO	TIPO DE RISCO
CABEÇA	Capacete de segurança	Queda ou projeção de objetos, impactos contra estruturas e outros
	Capacete especial	Equipamentos ou circuitos elétricos
	Protetor facial	Projeção de fragmentos, respingos de líquidos e radiações nocivas.
	Óculos de segurança contra impacto	Ferimentos nos olhos
	Óculos de segurança contra respingos	Irritação nos olhos e lesões decorrentes da ação de líquidos agressivos
MÃOS E BRAÇOS	Luvas e mangas de proteção (couro, lona plastificada, borracha ou neoprene)	Contato com substâncias corrosivas ou tóxicas, materiais abrasivos ou cortantes, equipamentos energizados, materiais aquecidos ou radiações perigosas
PÉS E PERNAS	Botas de borracha (PVC)	Locais molhados, lamacentos ou em presença de substâncias tóxicas.
	Calçados de couro	Lesão do pé
INTEGRAL	Cinto de segurança	Queda com diferença de nível
AUDITIVA	Protetores auriculares	Nível de ruído superior ao estabelecido na NR-5 – Atividades e Operações Insalubres
RESPIRATÓRIA	Respirador contra poeira	Trabalhos com produção de poeira
	Máscara para jato de areia	Trabalhos de limpeza por abrasão através de jatos de areia
	Respirador e máscara de filtro químico	Poluentes atmosféricos em concentrações prejudiciais à saúde

TRONCO	Avental de raspa	Trabalhos de soldagem e corte a quente e de dobragem e armação de ferros
--------	------------------	--

4.1.2. O licitante deverá apresentar os seguintes documentos para habilitação técnica:

a) Para atendimento à qualificação técnica deverá apresentar prova de inscrição ou registro da licitante e dos responsáveis técnicos indicados por ela junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

b) Será exigido Atestados de Capacidade Técnica ou Certidão de Acervo **Operacional**, que poderão ser emitidos por pessoa jurídica de direito público, privado ou emitida pelo CREA, com a finalidade de comprovar experiência anterior à data da licitação em atividades de fornecimento e instalação de sistemas de geração distribuída de energia fotovoltaica ON-GRID com microinversores, com potência mínima instalada de 15kWp

c) Será exigido Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitido pelo CREA, com a finalidade de comprovar experiência anterior à data da licitação em atividades de fornecimento e instalação de sistemas de geração distribuída de energia fotovoltaica ON-GRID com microinversores, em qualquer quantidade.

4.1.3. Responsabilidade Técnica

a) Em conformidade com a Resolução nº 218/1973 do CONFEA, o responsável técnico pelos serviços deverá possuir formação em Engenharia Elétrica e registro ativo no CREA-TO, sendo responsável pela execução, supervisão e emissão de documentos.

b) A exigência se justifica em razão de os serviços envolverem projetos e atividades em instalações elétricas, específicos para tal formação, demandando profissional com atribuições e habilitação técnica da área elétrica, conforme previsto pelo CONFEA e exigência da Concessionária local.

c) Nos termos do art. 67, §1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021, é possível exigir da licitante atestados com quantidades mínimas até 50% das parcelas de maior valor relevância do objeto da contratação. Portanto, essa exigência tem por objetivo assegurar que a licitante possua experiência prévia mínima suficiente para garantir a execução adequada do objeto contratual.

4.2. ELEMENTOS TÉCNICOS E MERCADOLÓGICOS

4.2.1. Definição de cláusulas e condições para a execução dos serviços que possibilitem à contratada efetivar o planejamento para a execução dos serviços em conformidade com a logística e infraestrutura existentes no mercado, e, dessa forma, possibilitar a obtenção de preços mais competitivos para a contratação.

4.3. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

4.3.1. Trata-se de um serviço comum de engenharia de Implantação e a contratação imediata será licitada na modalidade PREGÃO, em sua forma eletrônica, conforme preceitua Lei nº 14.133, de 01º de abril de 2021 e Instrução Normativa Nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

4.4. PRAZO DE DURAÇÃO INICIAL DO CONTRATO

4.4.1. O prazo de vigência do contrato será de **12 meses** a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme interesse da Administração e disposições legais vigentes.

4.4.2. Será considerado exaurido o contrato uma vez executado integralmente o seu objeto, ressalvadas as obrigações contratuais e acessórias da CONTRATADA.

4.5. IDENTIFICAÇÃO DE OBJETOS QUE ATENDAM OS REQUISITOS ESPECIFICADOS

4.5.1. O objeto trata-se da Contratação de empresa especializada em serviços comum de engenharia para aprovação de projeto, fornecimento e montagem de 06 (seis) sistemas geradores de energia fotovoltaica ON-GRID para os Prédios dos Fóruns das Comarcas de Arapoema, Goiatins, Natividade, Peixe, Ponte Alta e Xambioá, com potência instalada mínima de 32,76kwp, geração aproximada de 4.500kwh/mês, composto de 13 microinversores de 2.250W(mínimo) e 52 painéis solares de, no mínimo, 630W cada.

Tabela 01

Especificações Técnicas Mínimas: Painéis Fotovoltaicos	
Atributo	Especificação Típica
Potência Nominal Mínima	630W
Tipo de Célula	Monocristalino N-Type, Half-Cell, HJT
Tecnologia	Monofacial ou bifacial
Eficiência do Módulo	A partir de 17%
Tensão no Ponto Máximo (Vmp)	Em torno de 41,78V a 41,92V
Corrente no Ponto Máximo (Imp)	Em torno de 16,76A
Tensão em Circuito Aberto (Voc)	Em torno de 49,77V a 49,94V
Corrente de Curto Circuito (Isc)	Em torno de 17,81A a 17,91A
Dimensões	Aproximadamente 2465mm × 1134mm × 30/35mm
Peso	Cerca de 35 kg
Garantia de Potência Linear	Geralmente 30 anos, com baixa degradação anual

Tabela 02

Especificações Técnicas Mínimas: Microinversores	
Atributo	Especificação Típica
Modelo	Microinversor
Tipo de conexão:	Monofásico
Eficiência	93 a 99%
Saída (CA)	Compatível para 4 painéis de 630W
Potência nominal CA:	2.250W
Tensão de saída CA:	220V (faixa de 180V a 275V)
Frequência da rede:	50/60 Hz (faixa: 45-55 Hz / 55-65 Hz)
Corrente máxima de saída:	10,3A
Fator de Potência:	>0,99 (ajustável de 0,8 capacitivo a 0,8 indutivo): THDI: < 3%
Entrada (CC):	Compatível para 4 painéis a partir de 630W
Tensão máxima:	60V
Tensão de partida:	20V
Tensão nominal:	35V
Faixa de operação MPPT:	16V a 55V
Número de MPPTs:	4
Strings por MPPT:	1
Corrente máxima de entrada por MPPT:	18A
Corrente de curto-circuito por MPPT:	20A
Especificações Gerais:	
Dimensão Aproximada:	396x270x45mm
Peso aproximado:	5,1Kg
Grau de proteção:	IP67 (mínimo)
Umidade relativa:	0 a 100%

Temperatura de operação:	-40°C a +65°C
Altitude máxima:	4000m
Consumo noturno:	50mV
Resfriamento:	Convecção natural
Topologia:	Transformador de alta frequência

4.5.2. Para gerar adequadamente a quantidade de energia que atenda as unidades citadas do Poder Judiciário do Estado do Tocantins será necessária a aquisição de 06 (seis) sistemas microgeradoras de energia fotovoltaicas com as seguintes características de geração: 06 (seis) sistemas de geração de energia fotovoltaicos de potência total instalada de no mínimo **32,76kWp**, com capacidade de geração mínima esperada de aproximadamente **4.500KWh/mês**.

4.5.3. Para as configurações e arranjos do sistema deverá ser considerado a utilização de placas fotovoltaicas de, no mínimo, **630Wp**, conforme tabela 1 do item 4.5.1.

4.5.4. Os microinversores compatíveis com 4 módulos e potência de entrada adequada para a *Isc* os painéis a partir de **630Wp**, a partir de 17A-20A, conforme tabela 2 do item 4.5.1.

4.5.5. Deverão ser utilizados disjuntores padrão IEC e DPS (dispositivos de proteção contra surto de tensão) para a proteção dos sistemas, montados em caixa metálica de sobrepor instalados nas áreas externas tipo IP68, e de PVC modular para as áreas internas.

4.5.6. Conforme Diagrama Unifilar proposto deverão fazer parte do sistema de proteção um quadro de distribuição com disjuntores termomagnéticos de 63A, DPS de 20kA, cabos alimentadores do sistema de, no mínimo **16mm², XLPE 90°**. Cabos de distribuição dos microinversores de, no mínimo **6mm², XLPE 90°**.

4.5.7. Após a instalação dos suportes de fixação dos painéis na cobertura da edificação todos os parafusos e furos deverão ser, obrigatoriamente, selados com PU e manta asfáltica fornecidos pela licitante.

4.5.8. Toda a fiação deverá ser encaminhada no interior de eletrodutos em PVC organizadamente dispostos na cobertura e travessia entre platibandas e laje. As descidas internas da edificação e laterais externas deverão ser executadas em eletrodutos rígidos metálicos e condutes, devidamente fixados na parede.

4.5.9. A Contratada deverá zelar pela manutenção das condições de qualidade do telhado das edificações onde receberão os sistemas de geração de energia, assumindo a responsabilidade de reparo e/ou reposição de telhas, calhas e rufos danificados durante a instalação dos mesmos.

4.5.10. Os painéis solares poderão ser instalados na cobertura da edificação, cobertura do estacionamento interno, ou em local indicado pelo fiscal de contrato, sob consulta e anuência prévia do mesmo.

5. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

5.1. Dentre as soluções existentes para geração de energia fotovoltaica, o mercado oferece com maior viabilidade a implantação de sistema ON-GRID, em que a unidade consumidora permanece conectada ao sistema de distribuição da concessionária. Isso permite que o excedente de produção, que é a sobra de energia, que não é utilizada pela própria unidade consumidora, seja injetado na rede da concessionária e compensado em um outro momento ao consumidor.

5.2. No ponto de vista financeiro a aquisição de energia fotovoltaica ON-GRID é tido como um investimento com retorno financeiro inferior a 5 anos, e no cunho ambiental é considerada uma fonte de energia sustentável, utilizada como meta global na diminuição dos efeitos extremamente nocivos que os combustíveis fósseis acarretam no planeta.

5.3. Considerando o retorno financeiro citado acima, e a vida útil estimada entre 25 a 30 anos dos equipamentos componentes destes sistemas e suas garantias de fábricas, que em alguns casos se estende por 10 anos, a instalação desses sistemas se torna bastante atrativa quando o objetivo é reduzir os custos com a utilização de energia elétrica.

5.4. Há de se considerar também as *performances* das soluções desse tipo já implantadas em alguns imóveis do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, como o prédio do Anexo II em Palmas, cuja energia gerada supre em 100% as necessidades desse edifício e seu excedente é compensado na fatura de energia do Fórum da Comarca de Taguatinga.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

6.1. A energia atual que abastece os prédios dos fóruns das comarcas de Arapoema, Goiatins, Natividade, Peixe, Ponte Alta e Xambioá é oriunda, em sua totalidade, da rede de distribuição da concessionária, que nem sempre é energia limpa, sustentável e de acordo com a Resolução nº 400/2021 do CNJ. Assim, a implantação de Sistema Geração de Energia Fotovoltaica nos prédios das referidas comarcas proporcionará um melhor monitoramento do consumo de energia mensal, a economia nas faturas de energia do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, bem como contribuir com a produção de energia renovável. Portanto, estará concretizando as Práticas de Sustentabilidade na construção de uma nova cultura ambiental e institucional, o que também melhora a qualidade do gasto público.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

7.1. Para gerar adequadamente a quantidade de energia que atenda as unidades citadas e os anseios do Poder Judiciário do Estado do Tocantins será necessária a aquisição de 06 (seis) sistemas geradores de energia fotovoltaicas com as seguintes especificações mínimas:

7.1.1. Instalação de 06 (seis) sistemas de geração de energia fotovoltaica de 32,76kWp (mínimo) de potência e com estimativa de capacidade de geração de aproximadamente 4.500KWh/mês.

7.2. O dimensionamento dos sistemas levantados leva em consideração a média de consumo de energia dos últimos 12 (doze) meses das unidades consumidoras que receberão as instalações, bem como a área útil de cobertura para cálculo da quantidade máxima de placas a serem instalados, que será otimizada tanto para compensação de nível de sombreamento quanto para geração excedente que poderá ser compensada em épocas de menor geração ou em outros imóveis, diminuindo assim a necessidade de novas contratações dessa natureza.

7.3. Corroborando ainda com o dimensionamento dos sistemas previstos para esta contratação foi utilizada como referência uma contratação anterior feita através da Ata de Registro de Preços nº 49/2021 - Ferpam Com. de Fer Parafusos e Máq., evento (3781015), (SEI 21.0.000016187-7). Através desta Ata foram contratados os projetos e sistemas fotovoltaicos que estão atualmente instalados nos prédios das comarcas de Arraias, Itaguatins, Pedro Afonso e Porto Nacional, bem como o processo SEI 23.0.000014011-2, onde foram contratados os projetos e sistemas de Augustinópolis, Araguatins, Filadélfia, Novo Acordo, Miranorte, Paranã, Palmeirópolis, Tocantinópolis e Wanderlândia..

8. PROJEÇÃO APROXIMADA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. Os preços referenciais apresentados a seguir são apenas de caráter estimativo e informativo, sem qualquer efeito no julgamento das propostas, e sem a eles vincular o proponente, e que serviram de base para a escolha do tipo de solução a contratar.

Tabela 03: Dimensionamento e Valor Estimado

DIMENSIONAMENTO DOS SISTEMAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICOS											
Grupo	Item	Comarca	Endereço	Unidade Consumidora	Média Consumo últimos 12 meses (kWh)	kWp Dimensionado	Quantidade de placas de 630W	Geração kwh/mês estimada	Valor Previsto por Sistema	Valor Previsto por Grupo	CATSER
1	1	Arapoema	Av. Alceu Alves da Silva, 612, Esquina com Senador Antônio - Setor Jardim Primavera, Arapoema-TO, 77780-000	8/3396803-3	3.784	32,76	52	4.500	R\$ 147.690,70	R\$ 445.946,17	20621
	2	Goiatins	Avenida Bernardo Sayão, Quadra 12, Lt 174, Setor 02 - 77770-000 - Goiatins-TO	8/2189862-2	2.902	32,76	52	4.500	R\$ 148.882,52		20621

	3	Xambioá	Avenida A, Lote 6 e 12, Xambioá-TO, 77880-000	8/963427-0	3.305	32,76	52	4.500	R\$ 149.102,95		20621
2	4	Natividade	Rua Q-16, SN, Centro - Natividade-TO, 77370-000	8/986689-8	3.849	32,76	52	4.500	R\$ 145.996,82	R\$ 439.333,11	20621
	5	Peixe	Rua 13, Esquina com Av. Napoleão de Queirós Nº 439-555, Setor Sul, Peixe-TO, 77460-000	8/2714481-5	3.818	32,76	52	4.500	R\$ 146.346,51		20621
	6	Ponte Alta do Tocantins	Av. Albeni Ferraz Machado, esquina com Rua Barão de Rio Branco, Quadra 14, Centro - Ponte Alta-TO, 77590-000	8/2607021-9	3.417	32,76	52	4.500	R\$ 146.988,78		20621
VALOR TOTAL										R\$ 885.279,28	

8.2. O Valor estimado para a contratação dos 06 (seis) sistemas de geração de energia fotovoltaicos é de **R\$ 885.279,28 (oitocentos e oitenta e cinco mil duzentos e setenta e nove reais e vinte e oito centavos)**

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO.

9.1. Inicialmente, destaca-se que os sistemas a serem implantados possuem características técnicas semelhantes, com potência padronizada, quantitativos equivalentes de módulos e microinversores, bem como condições de instalação comparáveis, o que permite seu adequado agrupamento sem prejuízo à competitividade ou à isonomia do certame.

9.2. A divisão em lotes observou, o critério de proximidade geográfica das comarcas, sendo estruturados da seguinte forma:

- a) Lote 01 – Região Norte: Arapoema, Goiatins e Xambioá;
- b) Lote 02 – Região Sul: Natividade, Peixe e Ponte Alta.

9.3. Tal agrupamento visa otimizar a logística de execução contratual, reduzindo custos indiretos relacionados a deslocamento de equipes, transporte de materiais, mobilização e desmobilização de canteiros, além de favorecer o planejamento operacional da contratada.

9.4. Ademais, a adoção de lotes proporciona ganhos de escala, permitindo maior eficiência na aquisição de equipamentos, padronização de processos executivos e melhor gestão dos recursos humanos e materiais, refletindo diretamente na economicidade da contratação. Ressalta-se que a divisão por lotes, em vez de adjudicação global única, também amplia a competitividade, possibilitando a participação de empresas com capacidade técnica e operacional compatível com parte do objeto, sem exigir estrutura para execução simultânea em localidades distantes.

9.5. Importante destacar que a opção por não realizar a contratação por sistema individualizado decorre do fato de que tal estratégia acarretaria fragmentação excessiva do objeto, aumento do custo administrativo com múltiplos contratos, maior dificuldade de fiscalização, despadronização das soluções técnicas adotadas e múltiplos acessos à diferentes plataformas para o sistema de monitoramento remoto, inviabilizando o acompanhamento e emissão de relatórios em tempo hábil para tomadas de decisões e acionamento de equipes de manutenção.

9.6. Em observação ao previsto no parágrafo 3º do artigo 40 da lei 14.133/2021 foi considerada a economia de escala e a redução de custos de gestão de contratos como fatores vantajosos para a administração pública na opção de não parcelamento do objeto por item.

9.7. Dessa forma, o parcelamento em lotes encontra respaldo no disposto no art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021, que orienta a Administração a promover o parcelamento do objeto visando ampliar a competitividade e obter melhor aproveitamento do mercado, desde que técnica e economicamente viável.

9.8. Por fim, conclui-se que a divisão em 02 lotes, conforme critérios geográficos e técnicos adotados representa a solução mais adequada sob os aspectos da eficiência, economicidade, competitividade e viabilidade operacional, atendendo plenamente ao interesse público.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

10.1. Não há contratações correlatas ou interdependentes.

11. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

11.1. Os benefícios da contratação deste presente estudo estão em conformidade com o interesse público e à economicidade para a Administração, em especial as resoluções do Conselho Nacional de Justiça.

11.2. Vale ressaltar que a instalação de geradores de energia fotovoltaica podem ser considerados como investimento, por gerar créditos que poderão ser compensados pelo prazo de até 60 meses, ou seja, a energia gerada em períodos de sol, é utilizada para compensar o consumo dos períodos sem sol, de forma que o gasto final de energia da edificação seja reduzido a apenas uma taxa mínima (em sistemas de baixa tensão) ou à demanda contratada (em sistemas de média tensão). Ainda, caso o consumidor possua uma outra instalação em seu CPF/CNPJ, ele poderá utilizar os créditos excedentes para compensar nessa outra unidade consumidora.

11.3. Destaca-se que os valores dos equipamentos e materiais que compõem um gerador solar fotovoltaica têm diminuído nos últimos anos, de forma que o retorno do investimento previsto é inferior a 5 anos. Ademais, um gerador fotovoltaico tem vida útil estimada de 25 a 30 anos. Some-se a isso que se pretende instalar os geradores somente em prédios próprios e com perspectiva de utilização pelo TJ/TO de longo prazo e que o sistema pode ser até mesmo desmontado e reinstalado em outra edificação, o qual assegura o planejamento estratégico e as diretrizes fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça.

12. PROVIDÊNCIAS PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

12.1. Por se tratar de uma tecnologia que está em constante evolução é de extrema importância que este órgão mantenha corpo técnico capacitado e atualizado com as novas soluções e tendências de mercado para esse tipo de solução.

12.2. No sentido de promover as condições mais favoráveis possíveis para a instalação destes sistemas nas localidades apontadas é primordial que os espaços físicos e instalações civis e elétricas que sofrerão as intervenções durante o processo de implantação estejam em perfeito estado de conservação e utilização. Dessa forma fazendo-se necessárias manutenções preventivas específicas nessas localidades para que este cenário seja garantido.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. A implantação de equipamento gerador de energia fotovoltaica ON-GRID não gera impacto ambiental, uma vez que a tecnologia utiliza para produção de energia a luz solar, não gera resíduos e a vida útil dos componentes evita descartes desnecessários de materiais, o que faz com que seja muito mais sustentável.

14. PREVISÃO NO PCA

14.1. A contratação pretendida está prevista no subitem 74 do PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL TJTO 2026, constante no Processo SEI nº 25.0.000008786-9, evento 6928129.

15. ANÁLISE DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1. Considerando que a implantação de sistema gerador de energia fotovoltaica ON-GRID nas comarcas de Arapoema, Goiatins, Natividade, Peixe, Ponte Alta e Xambioá fornecerão energia limpa, o que não impacta o meio ambiente e proporciona a redução nos gastos com energia elétrica das unidades contempladas, contribuindo diretamente nas Práticas de Sustentabilidade na construção de uma nova cultura institucional e nas Práticas de Racionalização na melhoria da qualidade do gasto público. Por conseguinte, declaramos que esta contratação é **VIÁVEL**.

Documento assinado eletronicamente por Edward Afonso Kneipp, Chefe de Divisão, em 01/06/2026, às 17:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006



Documento assinado eletronicamente por **Leticia do Socorro Barbosa Azevedo, Secretária**, em 17/06/2026, às 16:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **7200540** e o código CRC **324093CD**.

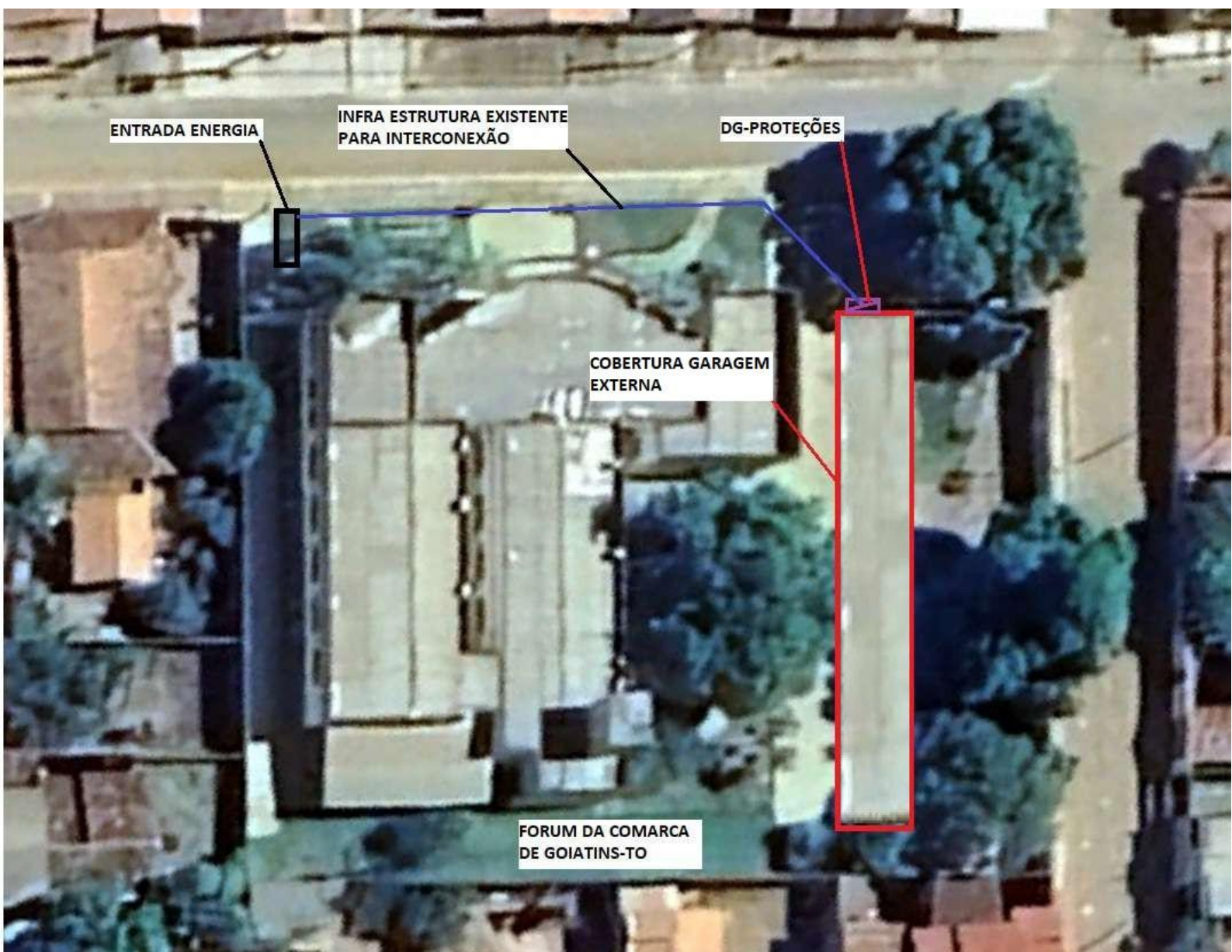
Quadra 103 Norte nº 11 Lote 2 - Bairro Centro - Palmas/TO, CEP 77.001-036
- <http://www.tjto.jus.br/>

ANEXO I CROQUI DE LOCAÇÃO

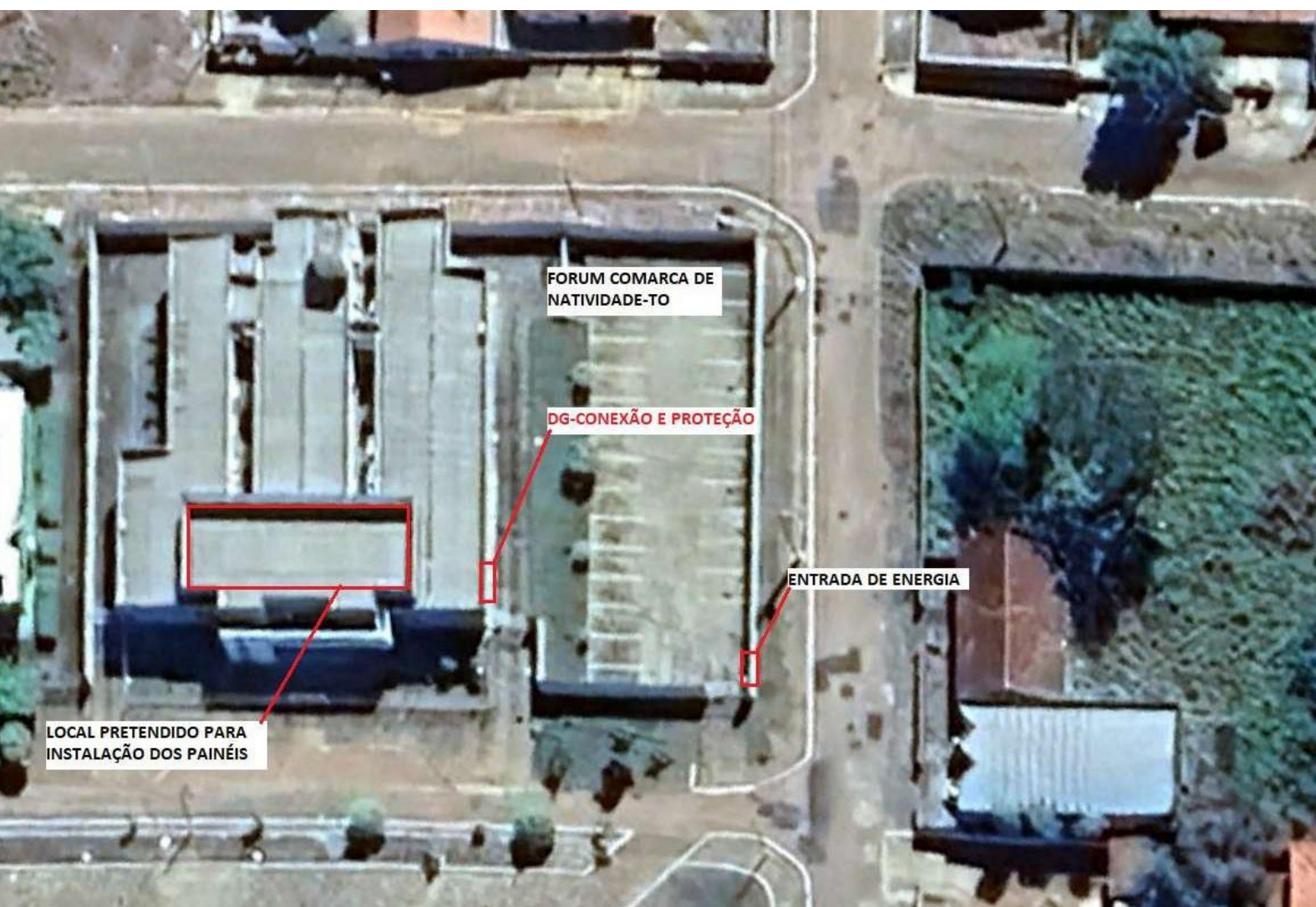
FORUM COMARCA DE ARAPOEMA-TO



FORUM COMARCA DE GOIATINS-TO



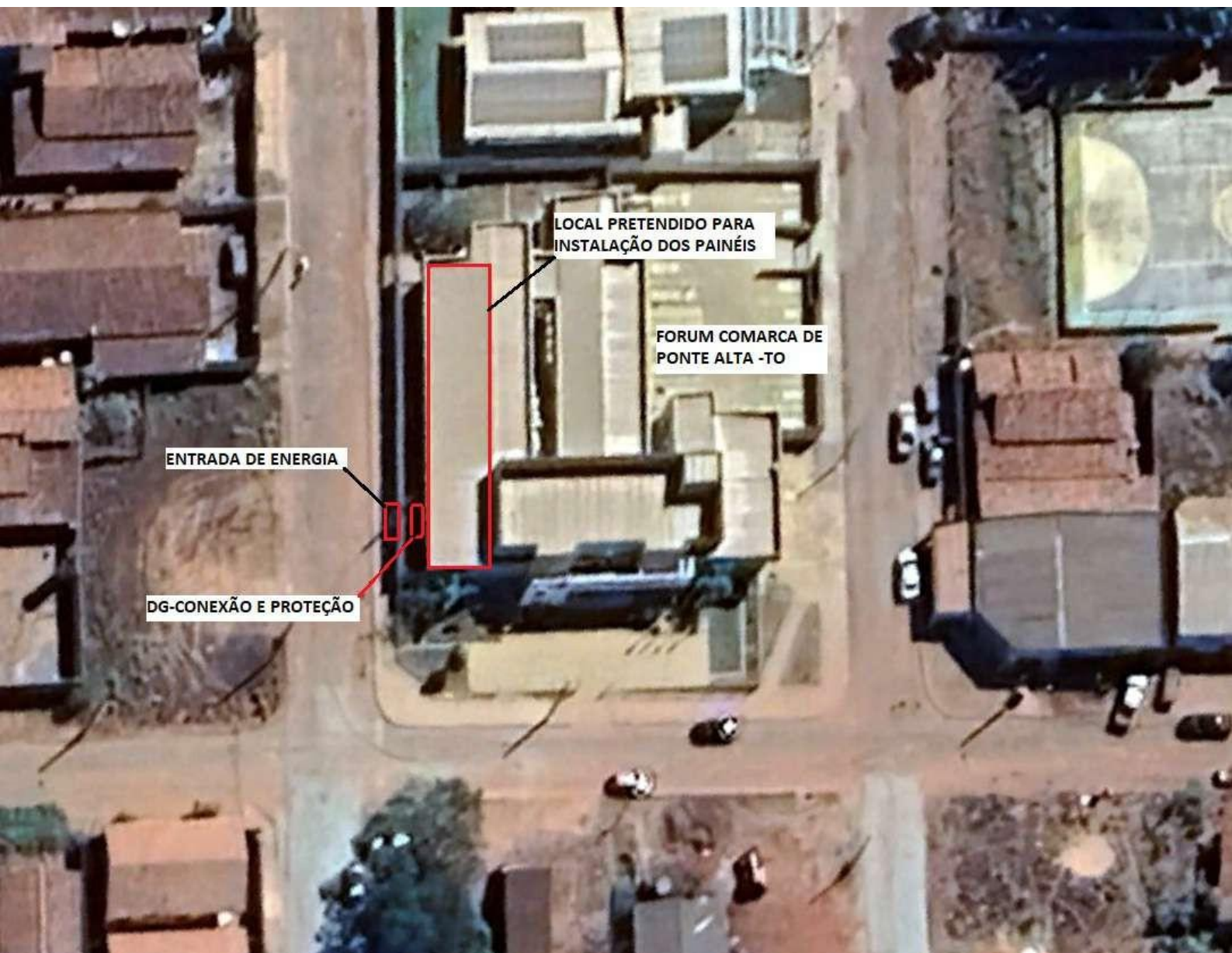
FORUM COMARCA DE NATIVIDADE-TO



FORUM COMARCA DE PEIXE-TO



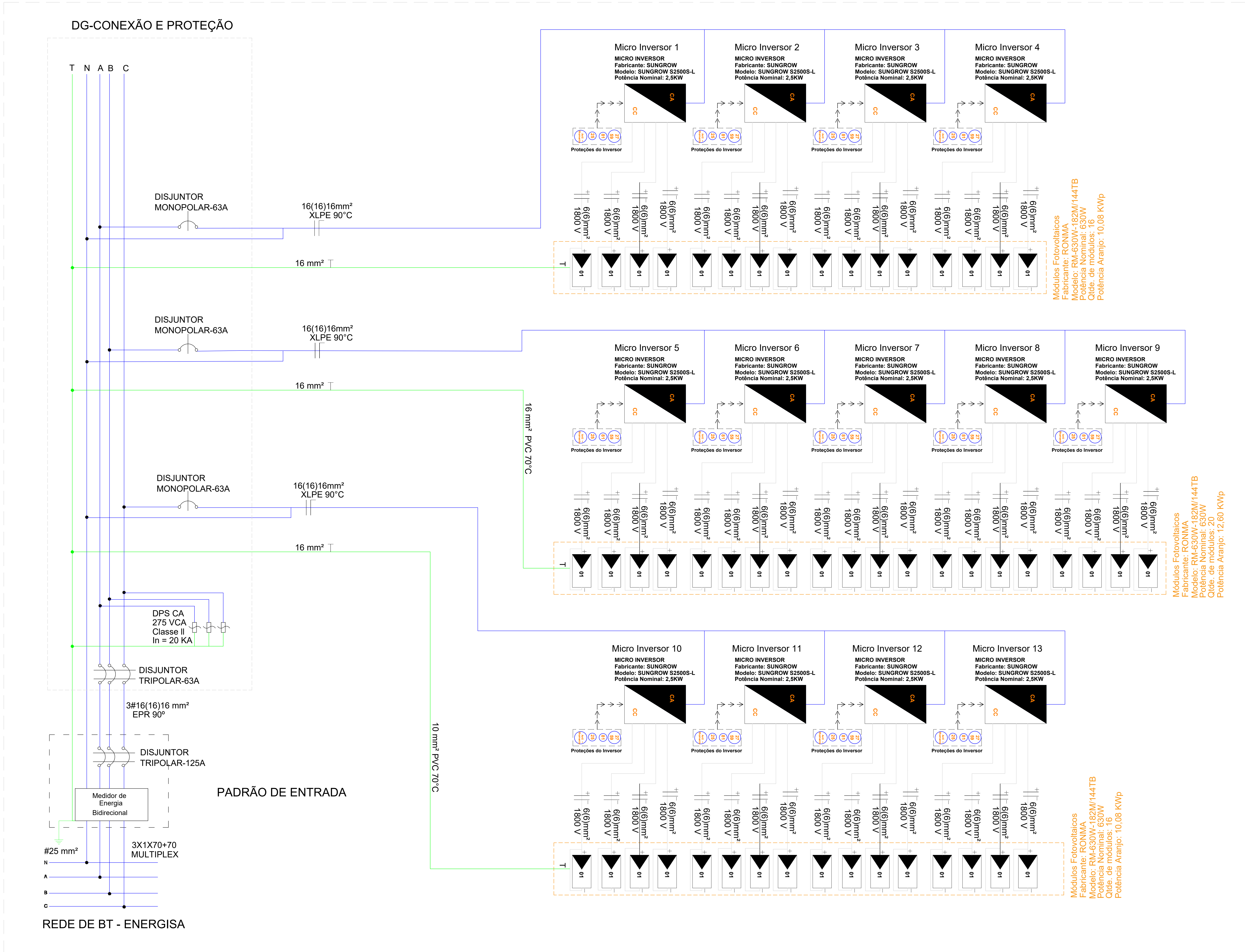
FORUM COMARCA DE PONTE ALTA-TO



FORUM COMARCA DE XAMBIOÁ-TO



Diagrama Unifilar



NOTAS TÉCNICAS

SISTEMAS FOTOVOLTAICOS

- **NORMAS:** SEGUIR A RESOLUÇÃO NORMATIVA 1.059/2023 DA ANEEL.
- **INSTALAÇÃO:** SOBRE TELHADO METÁLICO TERMOACÚSTICA TIPO TRAPEZOIDAL.
- A CONEXÃO CA DEVERÁ SER EFETUADA NO QUADRO GERAL OU QUADRO DE MEDIÇÃO.
- **MÓDULOS:**
 - IDÊNTICOS EM CARACTERÍSTICAS ELÉTRICAS, MECÂNICAS E DIMENSIONAIS.
 - CÉLULAS DE SILÍCIO MONO OU POLICRISTALINO, 72 CÉLULAS OU MAIS.
 - CERTIFICAÇÃO INMETRO.
 - CAPACIDADE DE GERAÇÃO MÍNIMA DE 630W POR PAINEL.
 - VARIAÇÃO MÁXIMA DE POTÊNCIA NOMINAL EM STC: 5%.
 - FLASH TEST E CERTIFICAÇÃO DO INMETRO EXIGIDOS.
 - MÍNIMO DE TRÊS DIODOS DE BY-PASS.
 - CONECTORES: PROTEÇÃO MÍNIMA IP67.
 - CAIXAS DE JUNÇÃO: PROTEÇÃO MÍNIMA IP65.
 - DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA NECESSÁRIA.
 - VIDA ÚTIL MÍNIMA: 25 ANOS.
 - DEGRADAÇÃO MÁXIMA DE POTÊNCIA: 10% EM 10 ANOS.

INVERSORES

- **TIPO:** MICROINVERSORES, GRID-TIE (60 HZ).
- **RELAÇÃO DE POTÊNCIA:** POTÊNCIA NOMINAL DO ARRANJO ≤ 1,2.
- **MANUTENÇÃO:** LONGA VIDA ÚTIL, SEM NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO FREQUENTE.
- **TEMPERATURA:** OPERAÇÃO NORMAL ENTRE 0°C A 60°C.
- **CARACTERÍSTICAS:**
 - SEM TRANSFORMADOR.
 - THDI < 3%.
 - TENSÃO DE SAÍDA COMPATÍVEL COM A CONCESSIONÁRIA.
 - NORMAS IECIEC E NBR 16149.
 - CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.
 - REGULAÇÃO AUTOMÁTICA DA TENSÃO.
 - PROTEÇÕES, CURTO-CIRCUITO, SOBRETENSÃO, SOBRECORRENTE E SOBRETENPERATURA.
 - CONEXÕES VISÍVEIS E ACESSÍVEIS PARA MANUTENÇÃO.
 - QUADRO DE PARALELISMO CONFORME NBR 5410.
 - GRAU DE PROTEÇÃO MÍNIMO IP65.
 - MONITORAMENTO REMOTO E LOCAL.
 - GARANTIA MÍNIMA DE 10 ANOS.

QUADROS DE PROTEÇÃO E CONTROLE CC E CA

- **CAIXAS DE CONEXÃO:** DEVEM INCLUIR DISJUNTORES E DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS (DPS).
- **CONFORMIDADE:** NORMAS ABNT 5410 E NBR IEC 61643-1.
- **PROTEÇÃO:** CAIXAS DE CONEXÃO, MÍNIMO IP67, E RESISTENTES À RADIAÇÃO UV.
- **DISPOSIÇÃO:** SEPARAÇÃO DOS POLOS POSITIVO E NEGATIVO PARA REDUZIR RISCOS.
- **CONDUTORES:** QUEDA DE TENSÃO < 1% ATÉ A ENTRADA DOS INVERSORES.

ESTRUTURAS DE SUPORTE

- **RESISTÊNCIA:** PROJETADAS PARA ESFORÇOS DO VENTO (NBR 6123/1988) E AMBIENTES CORROSIVOS (ISO 9223).
- **MATERIAIS:** AÇO GALVANIZADO OU ALUMÍNIO, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 12 ANOS.
- **INSTALAÇÃO:** USO DE FUROS EXISTENTES E MATERIAIS VEDANTES PARA EVITAR INFILTRAÇÕES.
- **VENTILAÇÃO:** ALTURA ADEQUADA DOS MÓDULOS E SEPARAÇÃO MÍNIMA DE 1 CM.

CABOS FOTOVOLTAICOS (CC)

- DEVERÃO SER FORNECIDOS E INSTALADOS OS CABOS ELÉTRICOS DO SISTEMA FOTOVOLTAICO ATÉ O QUADRO DE CONEXÃO.
- RESISTENTES A INTEMPÉRIES E RADIAÇÃO UV.
- NÃO PROPAGAÇÃO DE CHAMA E AUTOEXTINÇÃO.
- TEMPERATURA OPERACIONAL 90°C.
- MALEÁVEIS E COM TENSÃO DE ISOLAMENTO APROPRIADA.
- GARANTIA MÍNIMA DE 5 ANOS, VIDA ÚTIL DE 25 ANOS E CERTIFICAÇÃO TUV.
- BITOLA MÍNIMA DE 6 MM².
- TENSÃO DE TRABALHO DC: 1800V.



ESTADO DO TOCANTINS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TO
DIRETORIA DE
INFRAESTRUTURA E OBRAS

CREA E CAU:

BOMBEIROS:

PREFEITURA:

OBRA:

SISTEMA FOTOVOLTAICO 32,76KWp

ENDEREÇO:

AVENIDA BERNARDO SAYÃO - ESQUINA C/ RUA PARANAIBA, CENTRO
GOIATINS - TO

PROJETO:

SISTEMA FOTOVOLTAICO 32,76KWp

CONTEÚDO:

PROJETO ELÉTRICO
DIAGRAMA UNIFILAR
DETALHES

PROPRIETÁRIO:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA-TO

AUTOR DO PROJETO:

ENG. ELETRICISTA, EDICARLOS BATISTA DE FREITAS
CREA: 24031728/3

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

ÁREAS:

REVISÃO:

PRANCHAS:

1/1

DATA:

ABRIL/2025

ESCALA:

S/ ESCALA

DESENHO:



DECLARAÇÃO DE VISTORIA

A empresa _____, CNPJ Nº _____, por intermédio do(a) Senhor(a) _____,

declara que seu representante, realizou vistoria técnica no local dos serviços a serem prestados através do Edital Nº ____/____ do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Declaro, ainda, que os documentos que compõem o projeto básico foram colocados à minha disposição e que vistoriei o terreno, tomei conhecimento das condições locais e de todos os elementos técnicos necessários ao cumprimento do objeto da licitação, admito, consequentemente, como certo, o prévio e total conhecimento da situação.

Local e data _____

Assinatura e carimbo da DINFR/DIVENG

Matricula:

DINFR/DIVENG

Assinatura e carimbo do representante legal

CPF: _____

RG: _____



DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

A empresa _____, CNPJ Nº _____, por intermédio do(a) Senhor(a) _____, indicado expressamente como seu representante, declara ter conhecimento das condições locais e do serviço a ser prestado através do Edital de Nº _____/_____, dispensando a necessidade da vistoria "in loco". por ter conhecimento suficiente para prestar o serviço com as informações constantes no Projeto Básico e no Edital.

Declara, também, que os documentos que compõem o projeto básico foram colocados à sua disposição e que tem conhecimento das condições locais e de todos os elementos técnicos necessários ao cumprimento do objeto da licitação, admiti, consequentemente, como certo, o prévio e total conhecimento da situação.

Local e data

Assinatura e carimbo do representante legal

CPF: _____ RG: _____

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Aos __ dias do mês de _____ de dois mil e _____, o Eng.º _____, fiscal técnico do contrato nº ____/____, representante do Egrégio Tribunal de Justiça do TOCANTINS, juntamente com o representante da empresa____, procederam completa vistoria nos serviços executados, observando a adequação aos projetos e especificações técnicas, para efeito de Recebimento Provisório dos serviços discriminados a seguir.

1 - DADOS CONTRATUAIS _____

1.1 – **SERVIÇO:** _____

1.2 – **ENDEREÇO:** _____

1.3 – **EMPRESA CONTRATADA:** _____

1.4 – **PROCESSO Nº:** _____

1.5 – **CONTRATO TJTO Nº:** _____

1.6 – **VALOR DO CONTRATO:** _____

1.7 – **PRAZO DE EXECUÇÃO:** _____

1.8 – **PERÍODO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

- início dos serviços:

- conclusão dos serviços:

1.9 – **VIGÊNCIA CONTRATUAL:**

- início do contrato: __/__/____

- término do contrato: __/__/____

2 - RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

2.1 – **SERVIÇOS EM CONFORMIDADE:** Os serviços foram executados de acordo com as condições contratuais, normas técnicas em vigor e em obediência aos projetos, especificações técnicas e demais elementos fornecidos pela contratante.

2.2 – **RESSALVAS**

3 – CONCLUSÃO E PARECER:

4 Após completa inspeção e análise dos elementos técnicos envolvidos, constatou-se que os serviços/quantitativos homologados são de boa qualidade e de acordo com as especificações e normas técnicas vigentes.

Palmas/TO, __/__/____.

Fiscal do Contrato ou Comissão

Representante da Contratada

ANEXO VI

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Aos ____ dias do mês de _____ de dois mil e ____ os servidores

_____,
representantes do Egrégio Tribunal do Estado do TOCANTINS, designados pela portaria Diger
nº ____/____ para o recebimento definitivo, junto ao representante da empresa

_____,
procederam completa vistoria nos serviços executados, observando a adequação aos projetos e
especificações técnicas para efeito de recebimento definitivo dos serviços discriminados a seguir:

1 – DADOS CONTRATUAIS _____

1.1 – SERVIÇO: _____

1.2 – ENDEREÇO: _____

1.3 – EMPRESA CONTRATADA: _____

1.4 – PROCESSO TJTO Nº: _____

1.5 – PRAZO DE EXECUÇÃO: _____

1.6 – CONTRATO Nº: _____

1.7 – VALOR DO CONTRATO: _____

1.8 – VIGÊNCIA CONTRATUAL:

Data de início: ____/____/____ Data de encerramento: ____/____/____

1.9 – PERÍODO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Data de início dos serviços:

Data de encerramento dos serviços:

2 – CONCLUSÃO E PARECER

Após completa vistoria e análise dos elementos técnicos envolvidos, constatou-se que as pendências elencadas no Termo de Recebimento Provisório, datado de ____/____/____, foram sanadas. Concluindo-se, com isso, que todos os serviços necessários para o escopo do contrato foram executados de acordo com as especificações e normas técnicas vigentes e demais documentos contratuais, razão pela qual se lavra o presente termo de recebimento definitivo, com que se dá plena quitação dos serviços contratados para a etapa supracitada. E, para constar, as partes, **Tribunal de Justiça do Tocantins** e EMPRESA assinam o presente termo em duas vias de igual teor, uma delas destinada à Contratada.

PALMAS/TO, ____ de ____ de 20__

Comissão

Contratada:

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DOS RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICO(S) PELA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Declaramos, em atendimento ao previsto no Edital nº _____ que o(s)
Sr(s) _____, CPF: _____ é(são) nosso(s) indicado(s)
como Responsável(eis) Técnico(s) para acompanhar a execução dos serviços, objeto da Licitação
nº _____.

Local e data

Assinatura do responsável pela
empresa _____
Nome do responsável
pela empresa

DE ACORDO:

Nome(s), Assinatura(s), CPF (MF) e CREA do(s) Responsável(eis) Técnico(s)